

LEILLYANNE MORAIS FERREIRA

**O MOVIMENTO FEMINISTA EM GOIÂNIA SOB A ÓTICA DO JORNAL  
O POPULAR**

Goiânia  
2010

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*  
EM SERVIÇO SOCIAL

**O MOVIMENTO FEMINISTA EM GOIÂNIA SOB A ÓTICA DO JORNAL  
POPULAR**

LEILLYANNE MORAIS FERREIRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Goiás como requisito parcial a obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria José Pereira Rocha.

Goiânia

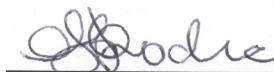
2010

## FOLHA DE APROVAÇÃO

Dissertação de Mestrado pelo Programa de Pós Graduação *Scripto Sensu* em Serviço Social defendida em 11 de Novembro de 2010 avaliada e aprovada pela banca examinadora.

### BANCA EXAMINADORA

Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria José Pereira Rocha  
(Presidenta)



Prof<sup>a</sup>. Dra. Eleusa Bilemjian Ribeiro  
(PUC-Go / membro)



Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcanti  
(PUC-Go / membro)



Prof<sup>a</sup>. Dra. Lúcia Maria Moraes (suplente)  
(PUC-Go / membro)

não foi necessário o comparecimento

A minha família por tudo que representam em minha vida. Em especial minhas irmãs Lilia, Niana, Morena, Vanessa e Licinha que para mim retratam a imagem de mulheres, que lutam, sonham, sofrem, acreditam e vencem.

Eu sou aquela mulher que fez a  
escalada da montanha da vida,  
removendo pedras e plantando  
flores. (Cora Coralina)

## AGRADECIMENTOS

Outra vez eu disse sim... Disse que deveria insistir e inventar um novo começo. Outra vez eu fui, fui e não me arrependi. E nessas caminhadas sempre há um aprendizado, uma esperança, uma fantasia menina. Embora esse novo começo se mostrasse íngreme, eu no fundo sabia que existia uma saída para aqueles que desejam recomeçar... E foi o que fiz: recomecei. Recomecei e aprendi o segredo de ser feliz, de esperar com paciência, de comemorar a graça no tempo certo... Aprendi que há um tempo certo pra tudo e somente nesse tempo certo é que temos a oportunidade de conquistar nossos sonhos e ser feliz em nossas vidas... Outra vez eu insisti e outra vez eu aprendi um pouco mais...

Escrevi esse parágrafo acima em uma noite solitária de verão quando redigia partes desse trabalho. Foram tantas noites, tantas águas, tanto sol... E agora relendo percebo nitidamente que, o que externei naquele momento, traduz a expressão do que significou a realização desse trabalho em minha vida. Foi um processo doloroso, mas compensador. Eu hoje olho para traz e digo sem remorsos: valeu a pena. E esse valer a pena me fez visualizar o quanto cresci como pessoa e como profissional.

Por muito tempo, durante a realização deste, me lancei num inverno longo e frio. Quantas vezes manchei os meus textos de lágrimas, quantas vezes tropecei, quantas vezes caí! Perdi o desejo e a capacidade de sonhar. A ansiedade me levou à depressão, ao sentimento de que era inútil continuar. Sempre havia primado pelos sonhos e naquele momento eu desesperava-me vendo os deslizar na correnteza de um oceano sem fim... Eu não queria que eles se perdessem, que eles secassem, mas parecia fugir do meu controle as coisas naquele momento. Durante dias me fechei num “quarto escuro” dentro de mim, desejei nunca mais acordar daquele sonho nublado...

Mas o legal é que tive uma educação baseada em princípios cristãos. Tive uma historia de lutas e desafios, sai do “colo” de minha mãe muito cedo e com minhas irmãs aprendi o segredo da vida. O segredo de caminhar sem desfalecer... Essa educação, essa vivência, essa crença em Deus é que me fez desesperadamente procurar uma saída. Eu precisava ver o sol, nem que fosse do outro lado da janela do meu quarto interior...

Novamente chorei, lamentei e descri. E na descrença tropecei e no tropeço cai... “Mas o cair é do homem e o levantar é de Deus... Ainda que caia não ficará prostrado”, li isso na palavra do Senhor e resolvi seguir em frente...

E esse seguir em frente me fez aprender que não se deve desistir das coisas facilmente. O ouro é provado com fogo, o diamante só brilha se lapidado... Os sonhos precisam ser refinados a cada dia. Eles não podem simplesmente secar no árido terreno de nossa existência. Os sonhos lapidados são mais belos de serem conquistados, os desafios enriquecem o espírito, refina a consciência e expande nossa capacidade de pensar.

Metas – elas fazem parte do universo de todo vencedor. O piloto precisa de um plano de vôo para chegar a uma determinada direção. O marinheiro segue coordenadas, o motorista tem sua rota definida e nós precisamos de objetivos, respaldados nos sonhos que são conquistados ao longo de nosso caminho.

Por fim, depois de tanto sofrimento, visualizei o sol, não do outro lado da janela como eu pensava, mas do lado de fora do meu consciente aprisionado por tantos (pré) conceitos. O negativismo que engessava minha capacidade de pensar deu lugar a uma janela clara e cheia de horizontes...

Levantei e recomecei. Hoje as dificuldades poderão até me abater, mas não por muito tempo. Sinto que isso engrandeceu minha alma, aumentou minhas virtudes e o mais importante que isso: Deus foi e é glorificado nesse capítulo que ele mesmo ajudou a escrever...

O que sinto agora ao concluir esse trabalho é uma alegria singular, um sentimento de que posso ir além, de que posso tentar sem medo de errar e de conseguir...

São muitas as pessoas que fazem parte desse meu universo hoje. Dizer obrigado nesse momento é pouco, pois há muito a agradecer.

Agradeço a Deus pela condição de elaborar esse trabalho, que em muitos momentos me desafiou.

Aos meus pais, Mariá e Passarim pela compreensão, carinho, dedicação e amor incondicional. Vejo refletido aqui parte dos projetos que sonharam pra mim. Essa conquista também é de vocês.

Agradeço à Zezé, professora, orientadora, amiga. Esse trabalho não seria impresso sem o seu rigor ético, científico, metodológico. Suas contribuições foram de um valor imensurável.

Aos professores do Programa de Mestrado em Serviço Social: Walderez pelo carinho, amizade, a Regina Sueli, pelas contribuições e pelas palavras de incentivo, a Eleusa pelo carinho e contribuição teórica, científica e metodológica, ao Athos pelas seu apoio, a Lúcia pela atenção dispensada a este, a Zezé Viana, grande profissional e a Sandra pelo apoio e contribuição teórica.

Agradeço também à professora Maria do Espírito Santo pela participação neste trabalho, pelas contribuições dispensadas, pela atenção e compromisso que tem com a avaliação deste.

Aos amigos companheiros dessa trilha e a todos os meus colegas de aula.

À Antonia, assistente social, amiga e companheira. Obrigada por fazer parte deste meu universo.

A jornalista Helen de Oliveira pelas palavras de incentivo em momentos tão difíceis. Quero que fique impresso aqui a certeza de que te amo e sempre trago comigo o que muito te escrevi: os amigos são pra sempre!

Ao meu irmão Nena pelo apoio financeiro e incentivo profissional. À minha família, suporte emocional.

Aos meus irmãos e amigos da igreja pelo carinho e amor dispensado a mim.

Não poderia deixar de registrar a apoio da Juliana, amiga que tanto me incentivou e tanto me desafiou.

Ao Divino, fundamentalmente amor meu. Não tenho palavras pra agradecer ao carinho e ao compromisso que você teve durante a realização deste. Por muitas vezes dispensaste tempo pra me ouvir. Quantas vezes dividiu comigo a alegria de redigir um simples parágrafo. Quantas vezes enxugou minhas lágrimas, quantas vezes disse que eu ia conseguir. Estímulos que fizeram a diferença em momentos de profundo desespero. Obrigada por tudo!



## **SUMÁRIO**

<b>LISTA DE FIGURAS.....</b>	<b>10</b>
<b>RESUMO.....</b>	<b>11</b>
<b>ABSTRACT.....</b>	<b>12</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>CAPITULO I – OS MOVIMENTOS SOCIAIS E SEU PERCURSO HISTÓRICO .....</b>	<b>23</b>
1.1 Aspectos históricos dos movimentos sociais.....	23
<b>CAPITULO II – MÍDIA: CONCEITO, HISTÓRIA E REFERENTES.....</b>	<b>31</b>
2.1 Mídia Impressa: história e sua relação com os movimentos sociais .....	32
2.2 A mídia como instrumento de transformação .....	37
2.3 O conceito de notícia.....	38
2.4 A informação como principal finalidade do jornalismo.....	40
2.5 Mídia e poder de agendamento.....	39
2.6 A agenda social na pauta da imprensa.....	43
2.6.1 Quadro nº 1. Distribuição de textos por temas sociais na mídia brasileira.....	45
2.7 Uma pausa para repensar a ética na comunicação.....	48
2.8 Mídia e liberdade como dimensão ética.....	50
2.9 Imprensa e poder.....	54
<b>CAPÍTULO III – AS REDESCRIÇÕES DO FEMINISMO NAS PÁGINAS DO JORNAL O POPULAR.....</b>	<b>59</b>
3.1 Primeira Página: Atos e Retratos do feminismo na década de 1980 .....	61
3.2 Segunda Página, década de 1990: A consolidação do movimento feminista e o surgimento de uma nova via: .....	73
3.3 Terceira Página: a condição da mulher na década de 2000 .....	82
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>90</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>94</b>

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: matéria publicada no jornal O popular no dia 08 de março de 1983.....	65
Figura 2: matéria publicada no jornal O popular no dia 08 de março de 1985.....	66
Figura 3: matéria publicada no jornal O popular no dia 08 de março de 1985.....	67
Figura 4: matéria publicada no jornal O popular no dia 07 de março de 1986.....	68
Figura 5: matéria publicada no jornal O popular no dia 08 de março de 1986.....	69
Figura 6: matéria publicada no jornal O popular no dia 13 de abril de 1986.....	70
Figura 7: matéria publicada no jornal O popular no dia 06 de março de 1986.....	71
Figura 8: matéria publicada no jornal O popular no dia 06 de fevereiro de 1988.....	72
Figura 9: matéria publicada no jornal O popular no dia 09 de março de 1988.....	73
Figura 10: matéria publicada no jornal O popular no dia 06 de março de 1990.....	76
Figura 11: matéria publicada no jornal O popular no dia 06 de março de 1990.....	77
Figura 12: matéria publicada no jornal O popular no dia 08 de março de 1990.....	77
Figura 13: matéria publicada no jornal O popular no dia 08 de março de 1991.....	78
Figura 14: matéria publicada no jornal O popular no dia 08 de março de 1991.....	79
Figura 15: matéria publicada no jornal O popular no dia 09 de março de 1991.....	79
Figura 16: matéria publicada no jornal O popular no dia 05 de março de 1992.....	80
Figura 17: matéria publicada no jornal O popular no dia 08 de março de 1992.....	81
Figura 18: matéria publicada no jornal O popular no dia 08 de março de 1992.....	82
Figura 19: matéria publicada no jornal O popular no dia 12 de março de 2000.....	85
Figura 20: matéria publicada no jornal O popular no dia 12 de março de 2000.....	87
Figura 21: matéria publicada no jornal O popular no dia 12 de março de 2000.....	88
Figura 22: matéria publicada no jornal O popular no dia 12 de março de 2000.....	88
Figura 23: matéria publicada no jornal O popular no dia 08 de março de 2001.....	89

## RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo principal redescrever o movimento feminista reportado no jornal O popular no dia 08 de março durante as décadas de 1980 a 2000. Para tanto, foram analisados 23 das 40 matérias selecionadas. Nesse sentido constitui também objetivo desse trabalho a questão da mídia como instrumento de análise e sua relação com o movimento das mulheres. A leitura do conjunto das notícias selecionadas evidenciou que, além de um registro histórico proporcionado por meio das reportagens impressas, houve um crescimento, uma importância maior dada ao tema, no que se refere a espaço e abordagem. À medida que as décadas vão passando o movimento das mulheres é tematizado no jornal de uma forma mais ampla. A pesquisa opta por uma reflexão singular elaborada na ótica da redescrição como método de análise. Essa modalidade de reflexão poderá revelar uma fusão de significados e redescrções do universo feminino na imprensa. Ao se pensar em organizar a história do dia 08 de março no jornal O popular busca-se elaborar um resgate histórico das lutas das mulheres. É uma forma de resgatar o passado com o foco na celebração do presente. A redescrição do material analisado revela que a luta feminina se resume na busca de construir novos valores sociais, nova moral e nova cultura. É uma luta pela democracia, que deve nascer da igualdade entre homens e mulheres e evoluir para a igualdade entre todos os homens, suprimindo as desigualdades de classe. Assim conclui-se que a mídia ao reportar, denunciar e publicar os atos do movimento feminista contribui significativamente para a afirmação dessas lutas e para a efetivação dos direitos reivindicados pelas mulheres ao longo das décadas.

**Palavras-chave:** movimento feminista, mídia e redescrição

## **ABSTRACT**

This study's main objective is redefining the feminist movement reported in the popular newspaper on March 8 during the decades from 1980 to 2000. Thus, we analyzed 23 of the 40 issues selected. In this sense aim of this study is also the issue of media as a tool of analysis and its relationship with the women's movement. The reading of all the selected news showed that in addition to a historical record provided by means of printed reports, an increase, a greater importance given to this issue in relation to space and approach. As the decades roll on the women's movement is thematized in the Journal of a more broadly. The research adopts a unique reflection of the perspective elaborated redescription as a method of analysis. This type of reflection might reveal a fusion of meaning and redescription of the female in the press. When you think about organizing a March 8 story in the newspaper's popular seeks to establish a historical review of women's struggles. It is a way of fishing the past with the focus on the celebration of this. Redescription of the analyzed material shows that women's struggle is summed up in the quest to build new social values, new morals and new culture. It is a struggle for democracy, which must be born of equality between men and women and to develop the equality of all men, eliminating class inequalities. Thus it appears that the media on reporting, reporting and publishing the acts of the feminist movement contributes significantly to the assertion of these struggles and the realization of the rights claimed by women of decades.

**Keywords:** feminist movement, media and redescription

## INTRODUÇÃO

O que se pretende com este estudo é analisar a história do movimento feminista escrita pelo jornal O popular no dia 08 de março, Dia Internacional da Mulher, entre as décadas de 1980 a 2000. O estudo dessas décadas foi escolhido por entender que elas representam um momento importante na história da criação e consolidação do movimento feminista em Goiás.

Para Costa (2010) o dia 08 de março é um marco na história contemporânea, pois reafirma as metas alcançadas pelas mulheres até os dias atuais. Essa autora ainda destaca que foi somente a partir da Revolução Francesa, em 1789, que as mulheres passaram a atuar na sociedade de forma mais significativa, reivindicando a melhoria das condições de vida e de trabalho, maior participação política, acesso à instrução e à igualdade de direitos entre os sexos. Essa atuação política por parte das mulheres não era realizada de forma organizada, muitas mulheres tomaram iniciativas que as conduziram para a morte. O processo de organização se faz por meio do sufrágio universal. Muitos acontecimentos sucederam até o movimento tomar a configuração que se conhece hoje.

O feminismo é o movimento que defende igualdade de direitos e de *status* entre homens e mulheres em todos os campos. Ele é pensado aqui como ferramenta de redescritção e análise porque entende-se que ele trata de um fenômeno bastante presente no cotidiano das pessoas, o qual tem gerado muitos problemas. O feminismo tem proporcionado debates relevantes, capazes de redefinir a noção de direitos humanos. Uma de suas primeiras conquistas, segundo Pinto (2003), é a inserção do gênero feminino no cenário público o que ocorreu no início do século XIX. Ao levantar a bandeira dos direitos reprodutivos, do combate à violência contra a mulher, da sexualidade, entre outros, esse movimento contribuiu para a emancipação e autonomia do gênero feminino, bem como masculino.

Com base nessa temática: a análise dos movimentos sociais na imprensa em especial o movimento de mulheres, serão usados textos de autores diversos, dentre eles: Bucci (2008), “A imprensa e o dever da liberdade: a responsabilidade social do jornalismo em nossos dias” e outros textos como subsídios para a esse trabalho.

Para Bucci (2008) a cobertura da imprensa sobre os movimentos sociais é insuficiente. Os participantes dos movimentos sociais, em sua maioria, são retratados meramente como terceiros, pessoas distantes, comparecendo às reportagens como ameaças externas a rotina da sociedade e dos leitores. “Às vezes até nos noticiários de televisão eles ainda aparecem como um “movimento deles”, como se seus protagonistas não compusessem sequer o público telespectador” (BUCCI, 2008. p.56).

E com relação ao jornalismo impresso Bucci (2008) acredita que a cobertura é ainda mais “débil”, pois, segundo ele, os personagens dos movimentos não estão entre os leitores das principais publicações do país. É um círculo de interesses que acaba gerando essa tendência, ou seja, “os movimentos não figuram na pauta da grande imprensa porque seus protagonistas não figuram entre os consumidores” (BUCCI, 2008, p.56). Levando-se em conta essa argumentação do autor infere-se que o público com quem o jornalismo dialoga é parcial daí, também a parcialidade da pauta com que trabalham.

Considerando a importância da cidade no contexto do desenvolvimento social do estado de Goiás, tanto em seus aspectos econômicos, sociais e culturais, faz-se necessário desenvolver um trabalho cuja intenção é redescrever o 08 de março pelas páginas da imprensa.

Na concepção de Gohn (2002, p. 251) os movimentos sociais são entendidos e definidos como:

[...] ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciadas pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não institucionalizados. Os movimentos geram uma série de inovações nas esferas públicas (estatal e não-estatal) e privada.

Ao retomar o conceito de movimento social de uma forma ampla proposto por Gohn (2002), entende-se que o movimento social é visto como a ação de um ator coletivo, agente dinâmico, produtor de reivindicações e demandas. Ator que se define por sua situação nas relações sociais e situa suas reivindicações no interior dos problemas da sociedade.

Pessoa (2004,p.18) afirma que os movimentos sociais são frutos de uma vontade coletiva. Falam de si próprios como agentes de liberdade, de igualdade, de justiça social ou de independência nacional, ou ainda como apelo à modernidade ou à liberação de forças novas, num mundo de tradições, preconceitos e privilégios.

Na concepção de Pessoa (2004) outro aspecto importante a ser destacado é a “construção de uma identidade no âmbito dos movimentos sociais” e essa identidade favorece o reconhecimento do movimento social como agente transformador do meio. Isso reforça o pensamento de que os movimentos sociais têm uma participação fundante na transformação dos espaços, nas conquistas e ampliações de direitos sociais e coletivos.

A luta das mulheres contra as formas de opressão a que eram submetidas foi denominada de feminismo e a organização delas em prol de melhorias na infraestrutura social foi conhecida como movimento de mulheres. Esse movimento surge com um caráter inovador e se define como;

(...) uma tradição política da modernidade, igualitária e democrática, que mantém que nenhum indivíduo da espécie humana deve ser excluído de nenhum bem e de nenhum direito devido ao seu sexo. Feminismo é pensar normativamente como se o sexo não existisse (VALCÁRCEL, 2003 p.3).

O movimento feminista ressurge no contexto dos movimentos contestatórios dos anos 1960. Ele, ao afirmar que “o pessoal é político”, rompe com os limites do conceito político e traz para o espaço da discussão política as questões até então vistas e tratadas como específicas do privado (COSTA, 2005). Nesse sentido, o movimento feminista distingue-se dos outros movimentos de mulheres por defender os interesses de gênero, por questionar os sistemas culturais e políticos construídos a partir dos papéis historicamente atribuídos às mulheres, pela definição da sua autonomia em relação a outros movimentos, organizações e o Estado e pelo

princípio organizativo da horizontalidade, isto é, da não existência de esferas de decisões hierarquizadas (COSTA, 2005).

Dentro dessa temática busca-se apontar, por meio da redescrição, como a mídia aborda o movimento feminista em Goiânia, no dia 08 de março durante as décadas de 1980,1990 e 2000. Se eles figuram na pauta da grande imprensa, se a leitura transmitida é mesmo um relato fidedigno da realidade.

De uma forma geral a mídia é definida como o conjunto de instituições, negócios ou organizações que produzem ou transmitem informações para determinados públicos – de audiência, leitores, grupos especializados. A mídia inclui jornais, rádio, estações de televisão (canais regulares e cabo), magazines, boletins, mídia computadorizada “*on line*”, mídia interativa via computador, filmes e vídeo e assim por diante.

A mídia objetiva adquirir audiência com informação, opinião, entretenimento, propaganda e publicidade. Seu consumo pode ser individual e coletivo, mas ela difere dos meios interpessoais de comunicação, como o telefone (GOHN 2000, p,19).

O crescimento da mídia nos anos 1990 foi considerado significativo. Ela tomou o lugar de instituições tradicionais que antes tinham forte influência na formação da opinião pública, como os partidos políticos, o governo, os sindicatos, os próprios movimentos sociais, que tiveram muito poder de pressão nos anos 1970 e 1980, todos, segundo Gohn (2000) teriam sido suplantados pelo poder da mídia.

Trata-se de um poder que possui certas características que estão semi-ocultas, com regras próprias, podendo estabelecer articulações não visíveis, que poderão tanto democratizar a informação como escamoteá-la, ou distorcê-la. As notícias veiculadas pela mídia emergem como se ela fosse uma instituição central na moderna sociedade capitalista.

No bojo das redescrções do feminismo no jornal O popular, Gohn (2000) afirma que a mídia organizacional sempre teve um papel importante junto aos movimentos sociais, entende-se a mídia organizacional que é aquela em que os movimentos usam para reportar suas ações e se fazer ver na sociedade, mas essa é uma outra temática que traz à luz um outro debate, que não é o foco desse estudo.

Por outro lado essa outra mídia assume um papel estratégico e político na cobertura dos movimentos sociais. “As representações da mídia sobre os movimentos são condensadas de forma a construir no imaginário da população uma



cultura política sobre o movimento” (GOHN, 2000. p. 21). Isso denota o poder que a mídia representa, ou seja, ela “cria”, “recria”, edita, recorta e seleciona, o que lembra aqui a hipótese do *agenda setting* que é entendida como um tipo de efeito social da mídia que compreende a seleção, disposição e incidência de notícias sobre os temas que o público falará e discutirá.

“Ela mesma, [a mídia] nas democracias liberais tem sido chamada de quarto poder, um poder além do Executivo, Legislativo e Judiciário, porque expressaria um poder independente de todos eles, um poder autônomo exercido em nome do povo” (MOTTA, 2002, p.14).

É inegável a influência dos meios de comunicação no cotidiano das pessoas, visto que se tem uma infinidade de informações que são disseminadas por estes canais.

É essa influência que torna relevante esse estudo porque traz à luz do debate temas tão atuais na comunicação social e que são mascarados ou transmutados, distorcidos, no sentido da veiculação de idéias, imagens, valores individuais e também universais.

Um olhar externo e acadêmico, mais preocupado em compreender o papel da mídia na dinâmica das organizações e movimentos feministas estimulará um trabalho mais criativo e produtivo dos agentes organizacionais e midiáticos locais.

A comunicação social desempenha um papel preponderante na sociedade, que é: divulgar, informar e qualificar a visão do cidadão através dos veículos midiáticos. Com base nisso é possível reforçar aqui o objetivo desse trabalho que seria, em princípio, avaliar a relação mídia e movimento feminista.

Na relação da mídia com o movimento feminista busca-se identificar como a luta das mulheres tem sido tematizadas no jornal O popular. A redescrição proposta em Rorty (1999) se justifica como método de análise por tentar propor um olhar diferenciado sobre o tema. Ou seja, segundo Lopes (2005, p.205) não é muito útil apelar para a razão como forma de justificar nossos juízos éticos. O que podemos fazer é conversar, contar histórias, e esperar que a partir delas as pessoas ampliem horizonte do seu “nós” e, deste modo, sua perspectiva ética.

E isso tem a ver com a comunicação, uma vez que seu objetivo é dar ao leitor a chance de ampliar a sua visão de mundo por meio das narrativas, dos textos

e das opiniões que são reportadas na imprensa. Essa compreensão vem ao encontro do que Lopes (2008) sinaliza no seu discurso sobre redescrição:

Cabe ao intelectual procurar na literatura a sua autocriação, ou seja, é na abertura para a diversidade de narrativas que ele procurará constituir sua autonomia. A procura de uma verdade redentora será substituída pelo diálogo contínuo e as múltiplas narrativas que a literatura oferece (p.206).

Da leitura de Lopes (2005) é possível afirmar que a imprensa, assegurando a liberdade de diálogos, estará contribuindo com seu papel de afirmar a cidadania e democracia social. Nesse aspecto a democracia é ressaltada porque entende-se que o discurso da imprensa pode colaborar para a construção de uma sociedade mais igual no sentido de informar, primeiro porque garante que todas as pessoas sejam ouvidas e ganhem visibilidade independente de qualquer característica que as distingam, e em segundo lugar porque, dentro da perspectiva do agendamento social, cria um contexto para que as necessidades e aspirações de todos os membros da sociedade sejam consideradas.

A problematização do 08 de março na imprensa, enquanto resgate da memória, se traduziu na seguinte questão: quais as manifestações realizadas na história do 08 de março em Goiânia e suas contribuições nas lutas, resistências e conquistas de mulheres, relacionadas com as suas reivindicações?

Para transitar na complexidade que envolve o movimento feminista sob a ótica do jornal O popular, a reflexão levanta algumas hipóteses: o art. 4º do Código de Ética dos Jornalistas é enfático: “O compromisso fundamental do jornalista é com a verdade no relato dos fatos, deve pautar seu trabalho na precisa apuração dos acontecimentos e na sua correta divulgação”. Para compreender melhor esse princípio que rege a profissão jornalística é necessário trilhar os caminhos da história e conceito dos meios de comunicação de massa, sua importância, seu poder de agendamento, considerando a hipótese do *agenda setting*, que é entendido por Wolf (2003) como um tipo de efeito social da mídia que compreende a seleção, disposição e incidência de notícias sobre os temas que o público falará e discutirá.

Nessa medida, a questão da ética e da liberdade que norteiam os princípios da comunicação é outra temática observada no decorrer dessa pesquisa que

privilegia algumas matérias veiculadas no jornal O popular. Este veículo de comunicação teve sua primeira edição em abril de 1938. Será elucidado um resumo histórico deste jornal, sua evolução na imprensa goiana, suas mudanças editoriais e sua atuação na cidade de Goiânia.

A imparcialidade é regra em todo e bom manual de jornalismo. Ao profissional cabe a tarefa de reportar a notícia mostrando os dois lados sem interferências, mas ao analisar os processos de captação e seleção da notícia tem-se uma contraposição: nesse processo há uma série de requisitos que envolvem a edição de uma reportagem.

O processo de transformação dos fatos sociais em acontecimentos jornalísticos envolve toda uma técnica que, como tudo, não é neutra, ou seja, envolve seleções, cortes, descartes, inversões, relações, dentre outras medidas. Isso é realizado em nome da adequação aos padrões jornalísticos, é um conjunto de regras de edificação da notícia e da edição.

No texto, por exemplo, ao escrever o profissional coloca nele suas impressões, seu estilo e isso é também uma forma de parcialidade, não só o texto, mas todos os ingredientes que compõem a notícia estão sob o prisma da parcialidade.

Com relação à segregação dos agentes sociais supõe-se que eles não figuram na pauta da imprensa porque não compõem o quadro dos agentes que consomem o produto, ou seja, eles quase sempre pertencem às camadas sociais que não tem acesso aos bens de consumo, e quase não lêem e nem tampouco assinam os tablóides locais.

Como o consumo serve de termômetro para o modo como a publicidade dialoga com o leitor ou telespectador, esse público que não chega a ser consumidor potencial chega a ser estigmatizado, excluído. Ou seja, o não-consumidor chega a não ser um interlocutor no discurso jornalístico.

“Não há poder sem imprensa e nem imprensa sem poder” (MOTTA, 2002, p,13). Essa frase é um convite ao entendimento da estreita relação que a mídia estabelece com os poderes políticos, econômicos e ideológicos, isso acarreta um distanciamento proporcional em relação aos interesses do público em geral,

desqualifica o princípio da objetividade e imparcialidade, considerada matéria-prima do jornalismo.

Valendo-se desses argumentos é possível afirmar que esse trabalho tem como preocupação central analisar o 08 de março representado nas páginas do jornal *O popular* bem como destacar, por meio da redescrição, como o movimento feminista é representado na imprensa goiana. Realiza-se também uma leitura sistemática de dados coletados nas reportagens bem como seu conteúdo, periodicidade, alcance do material veiculado e o tratamento dado à informação; como também as questões motivadoras que qualificam a informação.

Todo o processo de análise do jornal sobre o movimento de mulheres no dia 08 de março de 1980-2000 é fundamental para desenhar as redescrções do feminismo nas páginas do jornal. Esse esforço configura-se ao estabelecer como categoria de análise a redescrição.

A redescrição, uma das categorias do pragmatismo, se configura como uma proposta epistemológica e metodológica do tema que está sendo proposto para análise. Sob o viés do pragmatismo na comunicação que segundo (VIEGAS, 2006, p.156) refere-se à análise dos fenômenos que ocorrem durante um processo comunicativo. Esses fenômenos podem ser identificados por meio de um conjunto de conhecimentos ou outros processos que envolvem o ato comunicativo.

A idéia de caminhar sob a luz da redescrição pragmatista surgiu no momento em que entrei em contato com o tema qualificado como jornalismo que pode ser compreendido como a arte de redescrever a realidade. E a filosofia *roertiana*, que tem na redescrição um caminho viável para a compreensão de diversos fenômenos, faz parte do projeto que culmina nesse estudo.

A redescrição é entendida como a tarefa de “reescrever com imaginação a nós e aos outros” (ROCHA, 2008). Com base nessa compreensão buscar-se-á elementos que possibilitem articular a participação dos meios de comunicação na redescrição de gênero. A tentativa é a de escrever, contar, recontar e analisar como o gênero feminismo é reportado na imprensa.

A pesquisa tem seu recorte no movimento feminista por acreditar que ele tem contribuído para tornar temas cotidianos parte da cena política; por ele ser também

capaz de alargar a noção de direitos humanos ao criar novos direitos, como direitos reprodutivos, sexuais, por exemplo, entre outros.

E por ser também uma teoria e uma prática que ostenta uma produção teórica e política consistente sobre as questões sociais, econômicas políticas e culturais do desenvolvimento, da pobreza, da exclusão e da cidadania.

O jornal impresso *O popular* é o veículo escolhido para essa análise redescritiva. E alguns dos critérios observados na hora de escolher o jornal, foi o fato dele se definir como um veículo independente; pela liderança de segmento no mercado; por atuar há mais de seis décadas no estado de Goiás.

Na sua apresentação, o trabalho organiza-se em quatro capítulos. O primeiro privilegia a reflexão dos movimentos sociais de uma forma geral, seu conceito, sua história e suas características fazendo uma conexão com os novos movimentos sociais, que fornece base para o surgimento do movimento feminista.

O segundo capítulo trata da mídia como instrumento de análise, traz seu conceito e sua dimensão histórica, seu poder de construção, seus referentes, que seriam nesse contexto o jornalismo impresso.

No terceiro capítulo a cada notícia referente ao movimento feminista realiza-se a sua redescrição e análise nos moldes proposto por essa investigação. E por fim as considerações finais.

Para atender ao rigor ético/científico da pesquisa ter-se-á como base para este estudo, além da análise do jornal, a revisão bibliográfica e a pesquisa documental que será realizada através de consulta a livros, artigos de revistas científicas, monografias, dissertações de mestrado, teses e artigos extraídos da Internet, Biblioteca on line de Ciências da Comunicação, entre outros.

Assim, esta proposta se configura num estudo de natureza descritiva e exploratória.

Dispensa-se aqui a necessidade de entrevistas visto que, a análise se restringe a pesquisa bibliográfica e documental do jornal *O popular*.

Ao se retomar a corrente pragmatista como eixo para essa análise é possível associá-la também às teorias da comunicação de massa. E o modelo mais viável a

ser usado é o da hipótese do agendamento. A hipótese do agendamento<sup>1</sup> parte da constatação do poder, através da sua capacidade simbólica, que os meios de comunicação de massa exercem para influenciar e determinar o grau de atenção que o público dedica a determinados temas expostos à atenção e aos interesses coletivos (WOLF, 2003).

A medida que agenda os acontecimentos, o jornalismo também propõe um significado para estes eventos, oferecendo interpretações e formas específicas para seu entendimento. Para isso investiga a importância da mídia como mediadora entre o indivíduo e uma realidade da qual este se encontra distante.

Para Wolf (2003) o *agenda setting* é referido como uma "hipótese" em virtude das dificuldades metodológicas impostas por suas premissas e conclusões.

Ao se considerar que os meios de comunicação têm uma capacidade e competência muito grande para sensibilizar em grande escala, alcançando de forma ampla a população, Motta (2008) enfatiza:

[...] O jornalismo possui enorme potencial para estabelecer sobre o que pensamos, debatemos, priorizamos; o jornalismo transfere relevância, direciona a atenção, hierarquiza e fixa temas que o público vai discutir (MOTTA, 2008 apud CANELA, 2008, p. 335).

Motta (2008) assegura ainda que a mídia é quem os coloca em cena, prioriza, amplifica ou omite as questões que a sociedade ira focalizar ou ignorar. Daí sua importância: nesse sentido a pauta da mídia torna-se a agenda pública.

---

<sup>1</sup>A hipótese do *agenda setting* – agendamento – é um tipo de efeito social da mídia que compreende a seleção, disposição e incidência de notícias sobre os temas que o público falará e discutirá.

## **CAPÍTULO I**

### **OS MOVIMENTOS SOCIAIS E SEU PROCESSO HISTÓRICO**

Ao se pensar em movimentos sociais logo é lembrado o Movimento dos Sem-terra (MST), que no Brasil é o mais conhecido, não só por sua grande capacidade de organização popular e mobilização, mas por suas ações que causam impactos sociais e políticos, e por isso mesmo, têm muita visibilidade, com ampla cobertura pelos meios de comunicação. A história recente traz casos que reforçam essa premissa.

#### **1.1 Aspectos históricos dos movimentos sociais**

Downing (2002) sustenta que o termo movimento social foi empregado de diferentes maneiras supondo diferentes entendimentos, para se referir às muitas “sublevações sociais e políticas que ocorreram a partir do século XIX”.

O modelo mais antigo de entendimento referia-se à rebelião das massas, à multidão em tumulto, agindo de maneira cega e insensata, levadas apenas por emoções impetuosas e descontroladas.

Em oposição a este modelo está o modelo dos movimentos sociais como atores racionais. Para Downing (2002) Como seus atores não têm propriedades e geralmente são pobres, eles precisam criar recursos alternativos para exercer influência sobre o processo político e de alocação. Esses recursos alternativos consistem em ações coletivas como greves, ocupações, passeatas. “Ações que são refletidas e levadas a cabo por aqueles que não têm riqueza nem poder estatal” (p.56).

Um terceiro modelo de entendimento do termo movimento social se refere aos Novos Movimentos Sociais (NMSs), ou seja, os movimentos sociais ecológicos, feministas ou pacifistas, étnicos.

Alguns estudiosos sustentam que esses novos movimentos representam um outro estágio qualitativo na cultura política contemporânea, com características profundamente diferentes daquelas dos primeiros movimentos sociais, principalmente do movimento operário.

Enquanto o movimento operário, por exemplo, buscava obter ganhos econômicos específicos da classe capitalista e pressionar os governos a tomar iniciativas políticas e legislativas, que, na opinião de seus líderes beneficiariam suas fileiras e colunas, os NMSs não perseguiram resultados materiais tão calculados (DOWNING, 2002 p.57).

A partir do fim da década de 1970 e na de 1980, outros movimentos também ocuparam muito espaço nos meios de comunicação. Trata-se dos movimentos urbanos ligados às Comunidades Eclesiais de Base, da Igreja Católica; o próprio movimento sindical com as greves do ABC paulista o movimento por moradia com as ocupações de terras urbanas. Gradativamente outros movimentos, como o feminista, o ecológico, movimentos contra a discriminação (étnicos, homossexuais) e outros começaram também a se destacar nas cidades, lugar privilegiado para a deflagração de movimentos desse tipo (SANTOS, 2008).

Alguns desses movimentos que ocorrem nas cidades não são básicos ou unicamente populares nem tampouco só urbanos. Ficaram conhecidos como novos movimentos sociais. Identificam formas diferentes de reivindicação, relacionadas à cidadania e aos direitos universais. Referem-se desde as reivindicações mais gerais até às mais específicas: movimento por direitos civis e universais, ambientalistas, por direitos de grupos etários (de jovens, ou de idosos) ou de gênero (movimento feminista).

Ao contrário os NMSs visavam objetivos que, em grande medida, independiam do que o Estado podia conceder. Objetivos que guardavam uma relação muito mais próxima com o senso de crescimento em interação com a subcultura do movimento. Vale lembrar que são reivindicações distintas daquelas resultantes das relações de produção capitalista.

Bem (2006) vai além na sua compreensão sobre os movimentos sociais ao entender que eles são os indicadores mais expressivos para a análise do funcionamento das sociedades.

Os movimentos sociais, na sua compreensão, traduzem o movimento das forças sociais, permitindo identificar as tensões entre os diferentes grupos de interesses e expondo as veias abertas dos complexos mecanismos de desenvolvimento das sociedades.

Em cada momento histórico, reflete Bem (2006), são os movimentos sociais que revelam, como um sismógrafo, as áreas de carência estrutural, os focos de



insatisfação, os desejos coletivos, permitindo a realização de uma verdadeira topografia das relações sociais. Tanto sua forma como seu conteúdo são condicionados pela específica constelação histórica, razão pela qual não se pode compreendê-los sem remissão direta às determinações históricas macroestruturais.

Os movimentos sociais deixam entrever mais do que puras carências percebidas e demandas interpostas; eles permitem, de fato, o conhecimento do modelo de sociedade dentro da qual se articulam, as expressões da questão social que se tornam, por intermédio deles, materialmente visíveis.

Os movimentos sociais realizam, de fato, um papel histórico maior do que simplesmente revelar as tensões e contradições sociais de cada momento histórico. Eles são, acima de tudo, uma bússola para a ação social, impulsionando o campo social para formas superiores de organização e buscando a institucionalização jurídico-legal das conquistas. Neste sentido, os movimentos sociais produzem efeitos articuladores que extrapolam o limite das demandas localizadas, ampliando e universalizando o campo formal do direito para todo o conjunto da sociedade. Mudanças institucionais devem à existência dos movimentos sociais a sua qualidade, estando intimamente atreladas às forças transformadoras destes. Ao contrário a ausência ou a pequena força dos movimentos sociais refletir-se-ão, inevitavelmente, na estrutura jurídico-legal das sociedades, limitando o alcance da pluralização e da democratização políticas e, conseqüentemente, do espaço de desenvolvimento e de atuação das identidades sociais e individuais.

Touraine (1989) citado por Gohn (2002) assegura que os movimentos sociais nada mais são que a combinação de um conflito com um adversário social organizado e de referência comum dos dois adversários a um mecanismo cultural sem o qual os adversários não se enfrentariam, pois poderiam se situar em campos de batalha ou de domínios de discussão completamente separados – o que impediria, por definição, tanto o conflito e o enfrentamento quanto o compromisso ou a resolução do conflito. Ela sustenta ainda que não é necessário que um conflito social ou que uma ação coletiva se apresente armada de uma ideologia muito elaborada para que se possa concluir a presença de um movimento social.

Pessoa (2004, p.21) enfatiza que os movimentos sociais referem-se à ação dos homens na história, envolvendo um fazer e um pensar. Trata-se de uma práxis social. Eles são uma das formas possíveis de mudança e transformações sociais.

Para Gohn (2000) os movimentos sociais podem ser agrupados da seguinte forma:

- Movimentos construídos a partir da origem social da instituição que apóia ou abriga seus demandatários, como os movimentos sindicais, político-partidários e religiosos;
- Movimentos sociais construídos a partir das características da natureza humana: sexo, idade, raça e cor;
- Movimentos sociais construídos a partir de determinadas problemas sociais;
- Movimentos sociais construídos em função de questões da conjuntura das políticas de uma nação (entre outras, socioeconômica, cultural);
- Movimentos sociais construídos a partir de ideologias.

Já Pessoa (2004, p.22) observa que os movimentos sociais abrigam uma grande diversidade e complexidade. Representam situações em que os grupos sociais manifestam-se, constroem uma prática social e uma visão de mundo. Compartilhando experiências e representando-as, os grupos vivem um ampliado aprendizado, um processo educativo de grande dimensão. A educação vivida no seio dos movimentos sociais é um processo de descobertas, amadurecimento, criação e reinvenção do cotidiano e da vida.

A seguir será feito um histórico do movimento das mulheres.

## **1.2 Breve História do movimento feminista**

Segundo (Pinto 2003, p.13), desde a Revolução Francesa, século XVIII, é possível encontrar mulheres que de forma mais ou menos organizada lutaram por seu direito à cidadania, a uma existência legal fora da casa, único lugar em que tinham algum tipo de reconhecimento na condição de esposas e mães.

Na trajetória de atuação do movimento feminista, há alguns registros de diferentes lutas como: cidadania, trabalho, educação. Porém na concepção de Rocha (2008, p.24) “a principal luta que o feminismo realizou foi a do sufrágio

feminino. [...] Toda a movimentação em prol do voto caracteriza-se como a primeira fase do movimento”.

Pinto, (2003) discorre sobre o fato de que, na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, quando as manifestações esparsas cederam lugar a uma campanha mais orgânica pelos direitos políticos de votarem e serem votadas. O movimento sufragista<sup>2</sup> se espalhou pela Europa e pelos Estados Unidos, construindo a primeira onda de feminismo organizado no mundo.

No Brasil, a primeira fase do feminismo teve como foco a luta das mulheres pelos direitos políticos, mediante a participação eleitoral, como candidatas e eleitoras. Em meados do século XX “algumas das manifestações feministas são organizadas, outras são vozes solitárias de mulheres que se rebelaram contra as condições em que viviam na época.” (PINTO, 2003 p. 14)

A autora afirma que o feminismo daquela época estava intimamente associado a personalidades individuais. Como a luta pelo direito das mulheres na década de 1920 por Bertha Lutz<sup>3</sup>.

Mesmo quando apresentou algum grau de organização, esta derivava do esforço pessoal de alguma mulher, que por sua excepcionalidade, na maioria das vezes intelectual, rompia com os papéis para ela estabelecidos e se colocava no mundo público na defesa de novos direitos para as mulheres (PINTO,2003 p. 14).

Foram esses novos direitos que deram origem às diferentes vertentes do movimento, como a luta pela incorporação da mulher como sujeito portador de direitos políticos. Uma das vertentes mais forte e organizada foi liderado por Bertha Lutz.

---

<sup>2</sup> O movimento sufragista (que se estruturou na Inglaterra, na França, nos Estados Unidos e na Espanha) teve fundamental importância nesta fase de surgimento do feminismo. O objetivo do movimento feminista, nesta época, era a luta contra a discriminação das mulheres e a garantia de direitos, inclusive do direito ao voto. Inscreve-se nesta primeira fase a denúncia da opressão feminina imposta pelo patriarcado (NARVAZ, 2005, p.58).

<sup>3</sup> Uma das figuras pioneiras do feminismo no Brasil foi Bertha Lutz. Ela exerceu uma inegável liderança durante a década de 1920, na luta pelos direitos negados pelo Estado brasileiro à mulher, mas ao mesmo tempo era representante oficial desse mesmo Estado em conferências internacionais na luta pela efetivação dos direitos da mulher (PINTO, 2003).

Esse feminismo constituiu um verdadeiro movimento com alcance nacional, chegando a uma institucionalização surpreendente. A luta pela inclusão não se apresenta como alteração das relações de gênero, mas como um complemento para o bom andamento da sociedade, sem mexer com a posição do homem, as mulheres lutavam para ser incluídas como cidadãs (PINTO, 2003 p.15).

A segunda vertente do feminismo brasileiro do século XX é o que Pinto (2003) chama de feminismo difuso, o qual se expressa nas múltiplas manifestações da imprensa feminista alternativa. A terceira e última vertente se manifesta no movimento anarquista e, posteriormente, no Partido Comunista. Trata-se de mulheres trabalhadoras e intelectuais militantes desse movimento de esquerda que defendem a liberação da mulher de uma forma radical, onde as mulheres se organizam sem a presença dos homens porque a luta que travam deve ser contra as instituições patriarcais.

A atualidade do movimento feminista na América Latina apresenta características semelhantes aos demais movimentos sociais que fazem parte do cenário político contemporâneo. Di Fiori (2007, p. 314) quando descreve sobre o movimento feminista enfatiza que a partir dos anos 1990, os chamados movimentos de massa que marcaram história na década de 1980, são substituídos por outras formas de organizações populares. As causas dessas mudanças estão relacionadas à implementação do projeto neoliberal que alterou a relação dos movimentos sociais.

Com as exigências de ajustes estruturais, emanadas dos acordos multilaterais, os movimentos deparam-se com o enxugamento da máquina estatal, reduzindo gastos com as políticas públicas de seguridade social que ameaçam antigas conquistas e causam retrocessos na pauta de reivindicações.

Di Fiori (2007) analisando o movimento feminista sob diversos aspectos conclui que ele surge com raízes no movimento liberal e na defesa da igualdade no campo e na civilidade, pautando sua demanda ou carência, utilizando a terminologia adotada por Gohn (2000), no direito ao voto, o que na época distinguia homens e mulheres. A luta pela igualdade nos direitos civis, na concepção da autora, demarca a primeira geração do movimento ou a primeira onda.

A Segunda onda do movimento feminista, na concepção de Di Fiori (2007) é demarcada pela ênfase na diferença ao mesmo tempo em que se unem na incorporação da noção de gênero e na relação com o Estado, na busca de

implementação das políticas afirmativas nessa perspectiva. O Estado por sua vez não tardou a incorporar essas demandas implementando políticas específicas na área da saúde, na área da habitação e proteção social que privilegia o atendimento a mulheres, principalmente a chefes de família.

A segunda fase do feminismo ressurgiu nas décadas de 60 e 70, em especial nos Estados Unidos e na França. As feministas americanas enfatizavam a denúncia da opressão masculina e a busca da igualdade, enquanto as francesas postulavam a necessidade de serem valorizadas as diferenças entre homens e mulheres, dando visibilidade, principalmente, à especificidade da experiência feminina, geralmente negligenciada [...] Nesse contexto, o movimento feminista passa a enfatizar a questão da diferença, da subjetividade e da singularidade das experiências, concebendo que as subjetividades são construídas pelos discursos, em um campo que é sempre dialógico e intersubjetivo (NARVAZ, 2005, p. 59).

O quase abandono do questionamento às condições objetivas associadas à condição da mulher na produção e no mundo do trabalho, a ênfase para as condições subjetivas de ser mulher, segundo Di Fiori (2007) amplia a relação homem/mulher para a relação feminino/masculino, aglutina elementos culturais sociais e não somente econômicos.

Surge, assim, a terceira fase do feminismo cuja proposta concentra-se na análise das diferenças [...] Com isso, desloca-se o campo do estudo sobre as mulheres e sobre os sexos para o estudo das relações de gênero. O desafio nesta fase do feminismo é pensar, simultaneamente, a igualdade e a diferença. (NARVAZ, 2005, p. 59).

Considerando os argumentos de Narvaz (2005), Louro (1999) conclui que as diferentes propostas características de cada uma das fases do feminismo sempre coexistiram, e ainda coexistem, na contemporaneidade. A fase surgida mais recentemente, a terceira geração do feminismo, tem grande influência sobre os estudos de gênero contemporâneos.

O movimento feminista, ao afirmar a diferença e ao enfatizar as dimensões subjetivas, tenta resgatar um ideal de igualdade, porém com respeito às diferenças, tanto no âmbito público como no âmbito privado na sua luta cotidiana.

A luta pela democratização das relações de gênero persistiu e com a Constituição Federal Brasileira de 1988 a mulher conquistou a igualdade jurídica. O

homem deixou de ser o chefe da família e a mulher passou a ser considerada um ser tão capaz quanto o homem.

## CAPÍTULO II

### MÍDIA: CONCEITO, HISTÓRIA E REFERENTES

Acelerar a industrialização, a modernização da agricultura e o fortalecimento da infra-estrutura necessária a urbanização eram, nos anos 1950 e 1960, um dos principais encargos do Estado brasileiro. A experiência das décadas seguintes reforçou a imagem do Estado enquanto principal agente transformador e a imprensa atrelou-se a esse desenvolvimento como forma de se consolidar. Sua história se confunde com o desenvolvimento da sociedade capitalista, é o que Sodré (1999) afirma no prefácio do livro *História da imprensa no Brasil*. Para ele o desenvolvimento da imprensa, na fase atual de crescimento das relações capitalista em nosso país e pelo fato de esse avanço ter concorrido para o aparecimento, a função e a hegemonia dos meios de comunicação de massa, levou ao quadro, que logo se tornou evidente, de ser a empresa jornalística, na maioria esmagadora dos casos, a iniciadora e impulsionadora desses meios de massa, a começar pelo rádio, culminando com a televisão e a internet

Diante dessa realidade Guareschi (2000) tenta elaborar um referencial teórico sobre esse assunto. Ele entende que “foi no bojo da comunicação que as novas tecnologias foram geradas e desenvolvidas. E é a informação o modo de desenvolvimento responsável pela produtividade do sistema capitalista nos dias de hoje. Com isso entende-se que nos dias atuais, o eixo de produtividade primordial é a informação. Quem detém a informação, detém o fator central de desenvolvimento”.

O que se sabe é que desde o início das sociedades modernas os Meios de Comunicação de Massa (MCM) contribuíram decisivamente para a construção da subjetividade. Isso atrelado a consolidação das sociedades capitalistas modernas. É impossível pensar o mundo contemporâneo sem considerar o papel que a mídia tem na agenda social. Dessa perspectiva;

O controle dos conteúdos simbólicos circulantes de determinada sociedade em determinada época sempre foi do interesse dos dirigentes do período, como atestam os diversos momentos de “censura à imprensa”, tão freqüentes nas ditaduras do século XX. Mesmo em períodos de “normalidade democrática”, as ligações entre as grandes indústrias da

comunicação e o poder econômico dominante foram já por demais demonstradas (GUARESCHI 2000, p.45).

Do ponto de vista econômico, os meios de comunicação são empresas privadas, mesmo quando, como é o caso do Brasil, rádio e televisão sejam concessões estatais, pois estas são feitas a empresas privadas. Ou seja, os meios de comunicação são uma indústria (a indústria cultural) regida pelos imperativos do capital (CHAUÌ, 2006).

No amplo quadro de mudanças do nosso tempo, a imprensa assume fisionomia nova. A fase inicial era a imprensa artesanal, a seguinte seria a imprensa industrial. A diferença entre ambas é que a imprensa artesanal vivia da opinião dos leitores e buscava servi-la; na imprensa industrial o jornal dispensa, no conjunto, a opinião dos leitores e passa a servir aos anunciantes, predominantemente (SODRÈ, 1999, p.14). Essa relação, na análise do autor, favorece a aliança entre a informação e a deontologia<sup>4</sup> empresarial, condicionada pelo fenômeno da oferta e da demanda de trabalho e de dinheiro. E o que se vê é a pressão do setor econômico sobre o setor profissional. Isso é nocivo, na concepção de Sodré (1999), porque rompe com os ideais éticos informativos, submetendo a verdade ao lucro e a liberdade de expressão e de consciência aos interesses dos acionistas e empresários. A aliança da mídia com o poder econômico se não desqualifica, ela enfraquece o princípio da objetividade, considerada matéria prima do exercício da comunicação social, favorece o sensacionalismo, a ausência de imparcialidade e o enfraquecimento da ética e deontologia jornalística.

## **2.1 Mídia Impressa: história e sua relação com os movimentos sociais**

A relação existente entre as representações sociais e a comunicação social através da mídia impressa leva a busca e compreensão de como se processa a seleção da notícia.

---

<sup>4</sup> O termo foi introduzido em 1834 e refere-se ao ramo da ética cujo objeto de estudo são os fundamentos do dever e as normas morais. (BLAZQUÉZ, 1999).



É importante elucidar um breve resumo da história do jornal impresso, por estar ele diretamente ligado ao objetivo deste estudo.

Por volta do ano 105, segundo SOARES (2009) os chineses inventaram o papel, suporte fundamental para o desenvolvimento da imprensa. No Ocidente, os primórdios dos jornais surgiram ainda na Antiguidade, com a *Acta Diurna* publicada sob ordem de Júlio César na Roma Antiga, 69 a. C, que eram folhas de notícias da vida romana afixadas em toda a cidade.

A autora sustenta que a produção de jornais e outras publicações foi amplamente facilitada a partir da invenção da prensa móvel, por Gutemberg. A Bíblia, de Gutemberg é o primeiro livro impresso em tipografia. Somente com a Revolução Industrial, no século XVIII, é que o jornal ganhou formatos semelhantes ao atual e consolidou-se como fonte principal de informação da sociedade ocidental. Já na Ásia, em algumas de suas culturas, os jornais seguiram caminhos mais identificados com a divulgação de informações por fontes oficiais de poder (SOARES, 2009).

A partir de Gutemberg, vários foram os fatos e as datas que marcaram a vida da imprensa no Brasil e no mundo. No Brasil, o primeiro jornal a circular foi o “Correio Brasiliense”, editado por Hipólito José da Costa, impresso em Londres e distribuído na colônia a partir de 1808. No mesmo ano o governo real de Dom João VI fundou o primeiro jornal publicado inteiramente no Brasil, o Diário do Rio de Janeiro.

Noblat (2003) afirma que o exercício do jornalismo é difundido pelo decreto nº 1.177 e condiciona esse exercício ao diploma de curso superior e registro no Ministério do Trabalho. Como interpreta Alberto Manguel em NOBLAT (2003, p. 38) “a palavra escrita é mais do que nunca a nossa principal ferramenta para compreender o mundo”. E conclui que: “A grandeza do texto consiste em nos dar a possibilidade de refletir e de interpretar”.

Os meios de comunicação exercem o papel de interpretes da realidade social, de mediadores de conhecimento, filtrando a realidade desde o momento em que selecionam previamente os conteúdos que vão transmitir e a forma como apresentá-los.

São regidos por princípios da simplificação, esquematização e homogeneização da informação, que permite compreender e posicionar-se ante os

fenômenos complexos, com a finalidade de apresentar uma realidade objetiva, certa e verídica.

Os meios de comunicação exercem uma influência fundamental no desenvolvimento de imagens sociais e públicas, e o modelo independente de construir identidades nutre-se de convencionalismo (SOARES, 2009, p.67).

Assim, os atores dos movimentos sociais vêm como se desenvolve nos meios de comunicação uma identidade que não o leva em conta.

Soares (2009) sustenta ainda que o impacto é maior quando se desconhece o fenômeno que se aborda na comunicação, quando se está diante de temas com os quais a maioria das pessoas tem contato distante e casual. Ao planejar o formato como os movimentos são inseridos na pauta imprensa é necessário voltar a insistir que há de se ter em conta a imagem social, sua representação e comunicação. Assim torna-se muito difícil estabelecer a inclusão desses atores, se existem imagens, representações sociais e atitudes prejudiciais, que desaconselham sua inserção no cenário midiático e social.

Os meios de comunicação têm grande peso na formação de opiniões e na difusão de atitudes, no aumento do percentual de análises de opinião sobre os temas sociais. Assim, além de informar, divertir e persuadir tem a obrigação de mostrar imagens justas, apresentando o feito humano, o mais próximo possível da realidade. A forma que os meios de comunicação utilizam, em geral, para veicular os acontecimentos sociais baseia-se na notícia que representa, aproximadamente, 70% de um jornal.

A utilização de algumas estratégias pelos meios de comunicação poderia melhorar, destinando um maior tempo e espaço para incluir a diversidade de enfoques e opiniões, ouvir e incluir melhor os personagens dos movimentos feministas. Os veículos que não se abrirem ao debate sobre essa temática estarão deixando de cumprir a obrigação de esclarecimento ao público, pois o jornalista deve ser consciente da sua missão social. Quanto mais responsabilidade ele tiver, mais preparado estará para decidir o que publicar. E a chave é conhecer o assunto sobre o qual escreve.

A imagem dos movimentos feministas que os jornais impressos, tema central dessa investigação, gera na mente do leitor – por tratar o assunto de forma escassa,

discriminatória, insuficiente, fragmentada – é uma imagem pouco consistente. Isso só mudaria se houvesse uma maior presença dos meios de comunicação na sociedade, ouvindo testemunhos diretos, e acima de tudo, buscando dar um tratamento adequado para se conseguir uma imagem social mais justa dos componentes dos movimentos sociais. A mídia, segundo Gonh (2000, p.21), tem o poder de construir ou de contribuir para a destruição de um movimento social. Por isso, nos anos 1990 percebe-se que um dos componentes mais importantes de um movimento social são as representações simbólicas que ele constrói por intermédio da mídia ou que a mídia constrói sobre ele.

A história da imprensa em Goiás surgiu em meados do século XIX Para Borges e Lima (2008), segundo a Associação Goiana da Imprensa (AGI), a primeira pessoa a sistematizar dados históricos sobre a imprensa em Goiás foi o padre Antonio Luiz da Silva e Souza (1764-1840), em meados de 1800, o qual tinha por preocupação reunir informações sobre o contexto social, político e econômico do Estado. Hoje ele é considerado o primeiro comunicador, historiador e estatístico de Goiás. Além de ter sido um importante colaborador do primeiro jornal goiano o *Matutina Meyapontense*.

O período de existência desse jornal engloba os anos de 1830 a 1834 no julgado de Meia Ponte (atual Pirinópolis), sua história reflete a luta dos jornais brasileiros contra a dominação portuguesa, uma vez que o jornalismo nacional nasceu ao ardor do clima dos movimentos políticos, diferentemente da Europa, que teve o desenvolvimento do jornalismo alicerçado principalmente nas necessidades mercadológicas do capitalismo comercial e industrial (BORGES, LIMA, 2008, p.70).

O *Matutina Meyapontense* publicava atas de reuniões dos dirigentes da província, atos oficiais, correspondências civis e oficiais, literatura, crônicas, cartas dos leitores, tendo ainda alguns anúncios. Registrou fatos importantes da história de Goiás, como a instalação da primeira biblioteca do Estado, no arraial do Meia Ponte. Sua abrangência extrapolava os limites do Estado de Goiás, adentrando-se no Mato Grosso.

Um segundo período da história da imprensa em Goiás pode ser estabelecido entre os anos de 1834, com o processo que desencadeou o fim do *Matutina Meyapontense* e o início do *Correio Oficial de Goiás* e o ano de 1890, com o fechamento deste jornal. Nesse período histórico percebe-se ainda o surgimento de periódicos em muitas cidades goianas, movimento que também acompanha uma

expansão da imprensa nacional. Em sua primeira fase o Correio circulou durante quinze anos de 1837 a 1852. De 1852 a 1855, os atos oficiais passaram a ser publicados no jornal O Tocantins, até que neste ano (1855) foi criada a Gazeta Oficial de Goiás. Entretanto, em maio de 1864, o Correio Oficial voltou a circular em segunda fase, publicando conteúdos de caráter oficial, tais como peças oficiais do governo, trabalhos da assembléia provincial e resoluções das Câmaras Municipais. O jornal deixou de circular definitivamente em 1890.

O fechamento do *Correio Oficial de Goiás*, a expansão dos periódicos pelo Estado e a fundação da Associação Goiana de Imprensa podem indicar um período da história da imprensa em Goiás que iria de 1890 a 1934. Proclamada a República, Goiás já não era mais uma província pobre e abandonada. Nessa época surgiu a revista *A Informação Goyana*, lançado no Rio de Janeiro. A revista cujo objetivo era “tornar o Estado de Goiás conhecido, admirado, respeitado em razão dos recursos naturais que possuía e das potencialidades econômicas que tais recursos encerravam” (BORGES, LIMA, 2008, p.12). Além do Rio de Janeiro a revista circulava em Goiás, nos principais estados brasileiros e até em alguns países estrangeiros. Sua duração foi longa, de 1917 a 1935, período no qual acumulou 213 números publicados. Esse pode ser caracterizado como um terceiro período da história da imprensa goiana.

Pela diversidade de temáticas e postura política, a revista *Informação Goyana* ultrapassou os limites de um periódico informativo, constituindo-se fundamentalmente numa revista de opinião que tentou traçar diretrizes econômicas e políticas para o Estado de Goiás e para o Brasil Central. (BORGES, LIMA, 2008, p.75).

O quarto período da imprensa em Goiás pode ser identificado em meados dos anos 1936 a 1945, com a efetivação da transferência da capital para Goiânia e uma profunda alteração no jornalismo goiano, principalmente pelo discurso desenvolvimentista em que se baseou a transferência, ocasião em que houve o fechamento de espaço para jornalismo empresarial. Foi neste novo cenário que surgiu, em abril de 1938, o jornal o Popular, de Joaquim Câmara Filho e irmãos.

A primeira edição de O popular chegou às ruas em 03 de abril de 1938, seu primeiro número teve quatro páginas e foi vendido ao preço de 500 réis. A tiragem era de três mil exemplares. Como não havia jornaleiro, as vendas ficavam restritas às poucas bancas de revistas da época.

Na década seguinte o primeiro grande avanço tecnológico, o jornal passou a circular diariamente. Na década de 1950, O Popular já estava consolidado como um dos mais importantes veículos da imprensa goiana, sempre preocupado com os problemas da comunidade. Hoje o jornal edita diariamente três cadernos, é líder em tiragem com 45 mil exemplares por dia durante a semana e 60 mil aos domingos. O fechamento das edições, em geral, ocorre a zero horas, possibilitando aos leitores encontrar o jornal nas bancas já nas primeiras horas da manhã. O jornal chega a 246 municípios goianos e também a outros 32 municípios do Tocantins, distrito Federal, Mato Grosso, Minas Gerais e Pará. É distribuído para 15 mil assinantes na capital e 10 mil no interior. Os pontos de venda avulsos totalizam 1.100 em Goiânia e 300 no interior do Estado.

## **2.2 A mídia como instrumento de transformação**

É de consenso que a mídia é um dos instrumentos sociais responsáveis pelas transformações das linguagens e dos esquemas perceptíveis do campo intelectual, que interferem na formação de conceitos, crenças, valores e atitudes. Para Soares (2009) a mídia surgiu para estabelecer vínculos e ligações necessárias entre práticas sociais diversas. Ela circunscreve campos simbólicos, desenha uma nova territorialidade, propaga ideologias, torna pública a vida pública e enquadra a vida cotidiana, ou seja, a sociedade ao seu assunto.

Aproximando o movimento das mulheres do contexto midiático, convém ressaltar que a mídia é elemento constituinte do imaginário da sociedade. Nesse aspecto Baczo (1985) citado por Soares (2009, p. 22) afirma que: “[...] a influência dos imaginários sociais sobre as mentalidades depende em larga medida da difusão destes e, por conseguinte, dos meios que asseguram tal difusão”.

Para Soares (2009), a veiculação dos discursos midiáticos concorre para a formação de imagens, idéias e opiniões, garantindo atingir um público amplo e diversificado. A informação veiculada estimula a imaginação e, por consequência, gera as mais diversas representações sobre o que está sendo exposto, nesse contexto, o movimento feminista.

Convém destacar que a mídia em todas as suas formas de expressão, nutre-se de palavras, de imagens, de formas, constituindo um fluxo ininterrupto de informações que circulam nos espaços das relações sociais, construindo significados e estereótipos. Nesse sentido observa-se que:

[...] os movimentos sociais são citados, reportados, figuram como manchetes, ou são ignorados, de acordo com certas estratégias: político-mercadoológicas ou de controle social. A mídia tem retratado os movimentos segundo certos parâmetros político-ideológicos dado pela rede de relações a que está articulada (GOHN, 2000, p. 23).

Assim sendo, a autora assegura que os interesses políticos e econômicos formatam as considerações e as análises que configuram a apresentação das informações, denotando um processo onde a notícia é construída como mensagem para formar uma opinião pública sobre o acontecimento, junto ao público consumidor, e não para informar este mesmo público, conforme será visto a seguir.

### **2.3 O conceito de notícia**

A notícia é um formato de divulgação de um acontecimento por meios jornalísticos. Fatos políticos, sociais, econômicos, culturais, naturais e outros eventos do cotidiano podem ser transformados em notícia, desde que possuam alguns significados. Essas características incorporam alguns critérios que fazem parte da técnica jornalística. Esses critérios podem ser entendidos como especificidades e, no campo teórico são entendidos por valores jornalísticos conforme Traquina (2003).

Os valores jornalísticos são os mecanismos que orientam os profissionais de informação na escolha e (re) apresentação de determinados eventos, transformando-os em acontecimentos midiáticos. Para que um fato do cotidiano social seja transformado em acontecimento midiático a técnica jornalística leva em conta critérios objetivos, como: interesse público, proximidade, abrangência, drama/comédia, conflito, sexo, política.

Mas, selecionar fatos para serem apresentados a determinada audiência, segundo Charaudeau (2006) é uma atividade impregnada de subjetividade. Nesse sentido as escolhas entre o que mostrar e como mostrar passa por determinado filtro, que inclui não apenas critérios objetivos, mas subjetivos, porque envolvem a conduta humana.

O critério jornalístico de uma informação está indissoluvelmente ligado à reprodução pelo ângulo da singularidade. Mas o conteúdo da informação vai estar associado (contraditoriamente) à particularidade e universalidade que nele se propõem, ou melhor, que são delineadas ou insinuadas pela subjetividade do jornalista (GENRO FILHO, 1996, P.7)

No âmbito da subjetividade humana os jornalistas são vistos como sujeitos; como cidadãos dotados ou não de condutas éticas e valores morais, que possuem posicionamentos e ideologias. Além disso, é preciso compreender que os jornalistas, em sua maioria, são trabalhadores de empresas comerciais, que visam lucro e têm determinada postura ou linha editorial. Nesse sentido as notícias são publicadas tendo em vista tanto uma lógica simbólica, que se refere aos critérios de subjetividade quanto à lógica comercial, que tende a tratar a notícia como mercadoria.

Nos dias de hoje a sociedade se vê invadida pela notícia. Por todos os lugares, trabalha-se com uma forma de atingir a um determinado público. Embora pareça desagradável, pode-se dizer que se tornou natural ter um alvo na notícia. Sendo importante dizermos que a notícia está vinculada ao jornalismo. E sua produção atende principalmente a fatores de mercado (LAGE, 1999).

A informação dos fatos pode tornar-se notícia. Fatos podem ser entendidos como acontecimentos, como eventos capazes de despertar o interesse de determinado público. Os jornalistas são os profissionais responsáveis em transformar fatos em notícia, a imprensa, dá vida ao conteúdo, tornando-o acessível à sociedade.

Apesar das mudanças dos fatos, algo permanece, pois, na realidade, a própria mudança, talvez, pareça o mais importante dos fatos. Até devido às mudanças, todo fato e qualquer fato é único. O fato não deixa de ser uma observação (SILVA, 1997, p.16).

Para Silva (1997) o fato é algo que não pode ser criado, pois neste caso seria considerado ficção. O fato pertence ao mundo real, ele precisa acontecer, não pode ser apenas uma idéia.

O enfoque dado à notícia é que faz a diferença no momento em que o fato é noticiado. Para Medina (1998), as notícias, recentemente, parecem apresentar dupla função, a de informar e distrair. Para a autora, as coberturas diárias são as mais consumidas pelo público e estas tendem a ter um significado primariamente emocional. Um exemplo a ser mencionado seria o caso Isabela<sup>5</sup>. Fortemente noticiado, atraiu a atenção de todas as emissoras de TV. Nota-se que dentro do mesmo período foram registrados casos idênticos, entretanto, nenhum foi tão noticiado.

Os critérios, segundo Silva (1997, p.37), para selecionar este e não aquele fato se deve à experiência histórica do próprio jornalismo. O que vendia mais ou que tinha mais repercussão, ao longo dos anos, foi traçando uma prática. Também os veículos de comunicação foram se especializando de acordo com públicos específicos.

## **2.4 A informação como principal finalidade do jornalismo**

A informação tem lugar em uma sociedade qualquer que seja o grau de civilização. A força dos laços sociais depende fundamentalmente do caráter amplo da informação. Os veículos de informação ou comunicação, na sua estrutura mais popular ou mais complexa, são instituições sociais que se colocam a serviço do desenvolvimento, ao reunir, escrever e distribuir as notícias.

Bahia (1971, p.37) considera que ao reunir as notícias, os veículos cumprem a tarefa de busca e captação; ao escrever, exerce a função de seleção e interpretação; ao distribuir, executam a missão de difusão que tem por objetivo atingir sistematicamente e de forma indiscriminada, ilimitado número de pessoas.

---

<sup>5</sup> Caso Isabela: Menina de cinco anos, que foi atirada do sexto andar do prédio onde morava. O evento aconteceu no final do mês de março de 2008. Os principais acusados do crime foram seu pai, Alexandre Nardoni e sua madrasta Ana Carolina Jatobá, que se encontram-se presos na penitenciária de segurança máxima de Tremembé - SP.



A informação é a principal finalidade do jornalismo. Ela, na concepção de Bahia (1971), deve ser verdadeira e íntegra, descobrindo e comunicando os fatos que pela sua própria natureza convém sejam públicos e não meramente particulares. Contudo, conforme já visto, são empresas comerciais as responsáveis pela informação e seu objetivo é o lucro, o ganho financeiro pela notícia.

Com relação ao termo jornalismo Bahia (1971) considera que ele é geralmente interpretado como sendo o registro e a apreciação dos acontecimentos de interesses geral. Para Bahia (1971) jornalismo quer dizer a transmissão de informações, fatos ou notícias, com exatidão, clareza e rapidez, conjugando a atualidade, pensamento e ação. É o meio pelo qual as notícias e comentários chegam ao público. “É uma arte, uma técnica e uma ciência”.

Arte porque compreende os componentes básicos da criação seja no plano da elaboração intelectual, seja no plano dos trabalhos gráficos; técnica, porque harmoniza faculdades científicas e artísticas, assegurando rendimento prático ao processo de comunicação; ciência porque tem como imperativa a necessidade de conhecimentos especiais, de métodos e de princípios só possíveis através do estudo e da pesquisa. (BAHIA, 1971, p37-45)

Como arte, como técnica e como ciência conclui-se que o jornalismo é um dos instrumentos básicos da comunicação coletiva, senão o principal. Representa a forma pela qual o público participa da vida social, direta ou indiretamente. Sua audiência é a massa. Nele se identificam os fundamentos das ciências da informação. Jornalismo é ainda um processo social e histórico, uma necessidade humana, uma forma de expressão cultural claramente aceitos na sociedade moderna.

Bahia (1971) sustenta que a evidência maior de instituições que o jornalismo adquiriu se compara às conquistas mais caras à humanidade. Meios populares de comunicação, os veículos do jornalismo fornecem todas as informações que recebemos, ou quase todas, ampliando a visão dos povos e incorporando à sua natureza comunicativa uma capacidade opinativa e instrutiva singularmente importante.

Ao buscar uma definição do que vem a ser jornalismo, Bahia (1971) enfatiza que seu conceito varia de acordo com o ponto de vista de cada um. Há os que só o entendem como comércio, empenhado na finalidade do lucro. Para a maioria, no

entanto, jornalismo é algo mais sério e mais elevado que não se dissocia das aspirações comuns de justiça, de desenvolvimento e de liberdade do homem

Isso implica que o papel do jornalismo cresce ou diminui em função do valor que a ele é atribuído pelas sociedades<sup>6</sup>.

As diferenças assim estabelecidas não definem, entretanto, a variedade entre as formas do jornalismo nas sociedades capitalistas e socialistas. Os padrões, estilos de vida, hábitos e organização política diferentes ditam o exercício da informação, sua natureza e sua estrutura. E em cada campo segundo Bahia (1971) o jornalismo torna-se cada vez mais um reflexo da sociedade.

De um modo geral a informação é reservada a uma relevante missão, reconhecida como inestimável e insubstituível. Seu objetivo maior é o bem comum, quaisquer que sejam os padrões, os estilos de vida o os sistemas políticos.

Em relação à produção da informação, Brasil (1999, p.28), destaca que ela, diferente das demais mercadorias, é um trabalho que exige a intervenção da subjetividade do profissional de jornalismo. Ela sustenta que a prática do jornalista não pode ser alienada, acrítica, indiferente às implicações sociais, políticas, econômicas e/ou culturais da *mercadoria* que produz.

O produto informação não se extingue em si mesmo, não desaparece uma vez consumido ele interfere diretamente no ser e estar no mundo dos receptores.

## 2.5 Mídia e poder de Agendamento

A imprensa possui um poder único de contribuir para a formação de uma sociedade mais justa e igual. Primeiro porque possibilita que todas as pessoas sejam ouvidas e ganhem visibilidade e segundo, na perspectiva do agendamento social, cria um contexto para que as necessidades e aspirações de todos os membros da sociedade sejam consideradas.

Ela se pauta por assuntos específicos e de relevante discussão. Exige-se da mídia uma cobertura homogênea no que diz respeito a checagem das fontes e à

---

<sup>6</sup> No ocidente, a informação é associada à empresa privada, constituindo uma atividade capitalista como qualquer indústria. No oriente, o jornalismo é uma tarefa incorporada à segurança do Estado e, portanto, exercida como instrumento de realização do sistema político e administrativo no poder (BAHIA, 1971, p.39,40).

representatividade dos grupos. Essa comunicação inclusiva é determinante no processo de democratização do acesso aos meios de comunicação de massa.

Mas uma comunicação inclusiva requer muito mais que uma cobertura homogênea. Na acepção de Carranca (2008 p.312) este é um ponto “realmente importante: por mais que se busque a objetividade, e o texto jornalístico seja escrito com esta finalidade, a subjetividade do repórter, seus valores e crenças orientam todo o processo de construção da matéria”. Ai a consciência de que não existe imparcialidade total. E isso cabe ao profissional da comunicação o questionamento de suas próprias opiniões e idéias preconcebidas, e a percepção de como sua própria cultura orienta sua matéria.

## 2.6 A agenda social na pauta da imprensa

A idéia de escrever um item sobre a agenda social nos *mass media*<sup>7</sup> é resultado da leitura<sup>8</sup> de reportagens em série que começaram a ser exibida no telejornal no inicio dos anos 1990 e a série “Fome no Brasil”, exibida de 18 a 22 de Junho de 2001, foi uma das mais premiadas na historia do telejornal. (ZAHAR, 2004).

A articulação e participação direta dos meios de comunicação na discussão sobre a agenda social acaba assegurando um debate mais equilibrado e pluralista dos problemas sociais.

No que se refere a esta temática de estudo - a agenda social na imprensa - a comunicação é permeada por inúmeras e complexas questões, presentes em todo o processo de produção noticiosa. Inicialmente, uma questão que parece ser central é a importância que os *medias* assumem ao agendar os acontecimentos com direito à

---

<sup>7</sup>A sociologia cunhou a expressão *mass media* para referir-se aos meios modernos de difusão de alcance massivo. Meios de comunicação de massa são aqueles que atingem muitas pessoas simultaneamente e em curtos intervalos de tempo. A essa categoria pertencem o rádio, a televisão, o cinema, a grande imprensa, revista. BLAZQUÉZ (1999, p.50)

<sup>8</sup>Zahar (2004), Jornal Nacional a noticia faz história. O livro, lançado em 2004, faz parte das comemorações dos 35 anos do telejornal das Organizações Globo.

existência pública, fazendo com que os mesmos passem a compor os principais temas de debate na esfera pública (OLIVEIRA, 2006).

A hipótese do agendamento<sup>9</sup> parte da constatação do poder (através da sua capacidade simbólica) que os meios de comunicação de massa exercem para influenciar e determinar o grau de atenção que o público dedica a determinados temas expostos à atenção e aos interesses coletivos.

Ao mesmo tempo em que agenda os acontecimentos, o jornalismo também propõe um significado para estes eventos, oferecendo interpretações e formas específicas para seu entendimento.

Com relação às políticas públicas sociais (MOTTA, 2008, p. 322) acredita que elas estão “conquistando espaços mais nobres na agenda midiática”. Embora temas relativos à fome, ao trabalho infantil, à miséria e tantos outros careçam ainda de contextualização e de maior aprofundamento.

Pesquisa realizada pela Agencia de Noticias dos Direitos e da Infância, 2003 (ANDI) em 716 notícias veiculadas em 56 jornais brasileiros, revelou que a maioria deles publica, em média cerca de uma matéria a cada dois dias sobre temas como pobreza, fome e desnutrição.

Diante disso Motta (2008) assegura que apenas os meios de comunicação têm a capacidade e competência para sensibilizar em grande escala, alcançando de forma ampla a população. Daí à necessidade de se defender a ampliação da agenda social na mídia brasileira.

[...] O jornalismo possui enorme potencial para estabelecer sobre o que pensamos, debatemos, priorizamos; o jornalismo transfere relevância, direciona a atenção, hierarquiza e fixa temas que o público vai discutir. (MOTTA, 2008 apud Canela, 2008, p. 335)

Motta (2008) assegura ainda que a mídia é quem os coloca em cena, prioriza, amplifica ou omite as questões que a sociedade ira focalizar ou ignorar. Daí sua importância: a pauta da mídia torna-se a agenda pública.

---

<sup>9</sup> A hipótese do *agenda setting* – agendamento - é um tipo de efeito social da mídia que compreende a seleção, disposição e incidência de notícias sobre os temas que o público falará e discutirá. (WOLF, 2003)

Retomando a idéia do agendamento como bandeira analítica para esse capítulo entende-se que não é apenas nas redações que a agenda social é relegada a um plano secundário. Na concepção de Motta (2008) as faculdades de jornalismo raramente tratam de problemas sociais nos seus currículos. Poucas disciplinas priorizam essas questões ou orientam os alunos sobre desenvolvimento humano como valor-notícia. Raras são as experiências didáticas com vista a ensinar aos alunos técnicas de reportagens sociais críticas.

O ensino continua priorizando a cobertura de política, economia ou administração pública.

[...] Se a universidade é uma síntese ou um conjunto que reúne ensino, pesquisa e extensão, no caso dos cursos de jornalismo essa tríade deve ser, mais do que em qualquer outra área, reforçada. (...) Desenvolver a pesquisa, projetos de extensão que tenha como enfoque a agenda social, são parâmetros e referências singulares para que essa realidade seja revertida (MARTINS, 2008, p.330).

Martins (2008) acredita que em jornalismo a teoria é resultado da prática. As teorias da área resultam da reflexão, do estudo sobre o cotidiano do exercício da profissão. Ao mesmo tempo, quando se teoriza sobre jornalismo, a teoria deve ser aplicada no dia-a-dia, gerando novas reflexões e procedimentos.

### 2.6.1 Quadro nº 1. Distribuição de textos por temas sociais na mídia brasileira:

Fonte: análises temáticas de mídia realizadas pela ANDI (Agência de Notícias dos Direitos e da Infância) desde 2000.

Posição	Pesquisa	Período	Textos enquadrados como políticas públicas governamentais
1	Educação	2004	66,0 %
2	Transgênicos	2004	63,9 %
3	Educação Infantil	2000	58,0 %
4	Direitos Humanos	2004	54,1 %
5	Social Desenvolvimento Humano e	2001/2002	52,2 %
6	Saúde da Criança	2002	47,0 %
7	Trabalho Infantil	2002	40,2 %
8	direitos Conselhos Tutelares e de	2003	36,0 %
9	Comunicação Políticas Públicas de	2003/2005	32,7 %
10	Saúde do Adolescente	2001	30,0 %
11	Tabaco e Alcool	2001	28,9 %
12	Deficiência	2002	26,3 %
13	Drogas	2002/2003	26,2 %
14	Mudanças Climáticas	2007	24,2 %
15	Tecnologias Sociais	2004	21,0 %
16	Exploração e Abuso Sexual	2000/2001	9,9 %
17	Violência	2000/2001	4,8 %
Média			36,5%

O quadro nº 1 aponta o tratamento dado as diferentes temáticas segundo uma perspectiva de política pública governamental. O que fica evidente nessa pesquisa realizada pela ANDI é que algumas temáticas já alcançaram status, sendo freqüentemente abordadas, enquanto outras estão distante dessa realidade. Olhando os extremos da tabela constata-se que é bastante positiva a cobertura da educação e altamente deficiente a cobertura da violência.

Seria porque a educação acaba por ser compreendida por todas as partes interessadas como um problema público, do Estado, da sociedade; enquanto isto a violência está sendo interpretada como um problema das partes envolvidas naquele crime noticiado?

Salomon (2008) acredita que as reportagens sobre políticas públicas disputam espaço limitado na cobertura cotidiana dos jornais. Essa disputa por espaço explica, em parte, por que há uma preferência pelas notícias que apresentam mudanças dramáticas ou números sensacionais (p.89)

O gênero sensacionalista sempre esteve presente no jornalismo. Angrimani (1995, p.15) enfatiza que esse gênero acaba extraído do fato, da notícia, a sua carga emotiva e apelativa e a enaltece. Fabricando assim uma nova notícia que a partir daí passa a se vender por si mesma. Mas esse gênero, por si só, não é o responsável pela ausência ou ineficácia da cobertura das políticas sociais no Brasil. Esse conceito de política social ainda é bastante confuso no meio da comunicação.

Canela (2008, p. 25) reforça essa idéia. Ele acredita que é inconsistente a forma como o jornalismo brasileiro trabalha o conceito de políticas públicas. Para ele há uma nítida separação quanto à política partidária, legislativa e presidencial que ocupa, em geral, os cadernos de política dos jornais. As demais políticas sociais, com certa freqüência, acabam por não serem reconhecidas como sendo do universo da própria política.

As reflexões referentes à política social atribuem-se as contribuições de Pereira (2000, p.186) “[...] Ela deve guiar-se por uma racionalidade coletiva e não a de atender e a estimular demandas e preferências individuais, que favorecem o clientelismo, o populismo e o voluntarismo”.

Muitos veículos acabam confundindo conceitos. Canela (2008, p.26) ilustra essa tendência exemplificando a violência. Segundo ele a violência só passa a ser entendida como questão de política pública quando sai dos cadernos policiais e

passa a ser debatida por especialistas que se dedicam ao tema, tratando-o como um fenômeno social, cultural e político e até mesmo de saúde pública.

Dessa forma alguns assuntos podem ou não serem entendidos como políticas públicas. O enquadramento acaba influenciando esse processo de compreensão de significados das políticas sociais atribuídos aos atores envolvidos em uma determinada cobertura.

A responsabilidade social do jornalismo atualmente é assumir o desafio editorial de expandir e qualificar a base de leitores, por meio de temas diversos, para que essa cobertura proporcione a oportunidade de se formular reflexões próprias, o que é um dos objetivos da comunicação social, qualificar a visão do cidadão através do que é veiculado.

O agendamento pode favorecer o apartidarismo, mas é inegável a sua contribuição para a implementação de debates o que pode gerar resultados no caso de uma política social.

A referência da abordagem das políticas públicas na mídia é entendida nesse contexto como forma de exemplificar a cobertura frágil do termo social por parte dos veículos de comunicação. Como pode ser visto, essa temática acaba se tornando um assunto pouco noticiado como também os movimentos sociais cuja cobertura ainda é mais insuficiente.

A história recente traz casos que reforçam essa hipótese. Segundo Bucci (2008), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra entrou na cobertura da televisão um pouco tardiamente, em meados dos anos 1980. Adquiriu destaque nos noticiários por ocasião do massacre do Eldorado dos Carajás, que foi ao ar em cenas gravadas por amadores. Bucci (2008) sustenta que, foi por ter rendido imagens espetaculares, e não por função da identidade dos mortos, que o massacre ganhou destaque nos telejornais.

Os integrantes dos movimentos sociais de uma forma geral, na concepção de Bucci (2008), ainda não desfrutam do status de interlocutores no âmbito da comunicação jornalística. O fato de não pertencerem ao grupo dos que se comunicam normalmente pelas páginas dos jornais e às camadas sociais com acesso ao consumo é o que mais os segrega, muito mais do que os julgamentos morais ou políticos que recebem.

A responsabilidade social do jornalismo passa por assumir o desafio editorial de expandir e qualificar a base de leitores de notícias, em meios impressos e eletrônicos. Do mesmo modo, passa por separar os critérios que filtram o acesso ao consumo dos critérios de admissibilidade do cidadão à condição de interlocutor do discurso jornalístico (BUCCI, 2008, p. 58).

Ao abordar a cobertura das políticas públicas na mídia far-se-à um parêntese para discutir o conceito de informação não somente em virtude do reconhecimento de que a informação é a matéria-prima do jornalismo. Parte-se da premissa de que, segundo Arce (2008 p. 282), a informação não é, em si mesma, um instrumento de mediação dos processos de produção e transferência de saberes. Ela se insere no contexto político das negociações e regulações em torno de significados e sentidos.

Entende-se que, dessa maneira, o que se diz sobre um movimento social, por exemplo, não está dissociado daquilo que se traça e se deseja para ele.

A informação que engendra e estrutura a percepção sobre o tema – e a forma como é tratada, organizada e disseminada essa informação – encontra-se permeada de valores, crenças, normas, interpretações e reflexões que modelam uma forma de pensar e conhecer (ARCE, 2008, p.282).

Considerando a crescente importância da mídia nos mais diversos aspectos da vida humana contemporânea – a ponto de alguns autores afirmarem que ela exerce sobre a sociedade uma centralidade econômica, social e política - toma-se como premissa o fato de que é a partir da maneira como as informações sobre os movimentos sociais são apresentadas a sociedade que nasce a legitimação da imagem projetada sobre eles.

## **2.7 Uma pausa para repensar a ética na comunicação**

Não é novidade o entendimento de que se vive atualmente em um vale-tudo midiático, mas graças à emergência de uma sociedade civil internacional, permeada por instituições legitimadas mundialmente como a UNESCO, os profissionais da



mídia impressa ou eletrônica passaram a contar com estímulos alentadores, como é o caso dos códigos deontológicos.

Sua intenção é confrontar os limites entre o poder governamental e a força capitalista, restaurando a dimensão que cabe efetivamente aos meios de comunicação qual seja a de serviço público. E, como tais, aparatos destinados a difundir a verdade (BLÁZQUEZ, 1999, p.7).

Segundo o art. 4º do Código de Ética dos Jornalistas: “O compromisso fundamental do jornalista é com a verdade no relato dos fatos, deve pautar seu trabalho na precisa apuração dos acontecimentos e na sua correta divulgação”.

A verdade é um valor fundante do direito de informar e de ser informado. “Mas os que recolhem a informação parecem ter como preocupação dominante a sua falsificação, e os que a recebem, a de evitá-la” (BLAZQUÈZ, 1999, p.7).

Blazquéz (1999) acredita que, em jornalismo, a objetividade não existe. As notícias são fruto da subjetividade do jornalista. Ele conta os fatos tal como ele os viu, a partir de sua visão de mundo e de sua perspectiva. Essa tendência doutrinária sustenta a tese de que a verdade é sempre um objetivo impossível ao qual o comunicador pode facilmente renunciar sem comprometer a sua responsabilidade profissional.

Tradicionalmente, os autênticos profissionais da informação são sensíveis às críticas do público e fazem o possível para se afastarem dos poderes efetivos que os atingem, protegendo, assim, a sua independência como garantia de objetividade (BLAZQUEZ, 1999).

A profissão do comunicador tende a se converter num assunto exclusivamente empresarial e mercantil. O ideal da verdade segundo Blazquez (1999) cede à primazia do lucro e do status social como forma de poder. Nesse sentido nota-se uma virada ética consistente na aliança progressiva dos meios de comunicação com as estruturas do poder econômico, político e ideológico. Essa tríplice aliança desqualifica o princípio ético da objetividade.

O sensacionalismo e a invasão da intimidade já foram formas de expressão social, outrora consideradas impróprias pelos autênticos profissionais da comunicação. Hoje a vida em sociedade trouxe a obrigatoriedade da produção do que é novo e isso se apresenta como uma imensa acumulação de espetáculos. O

que era vivido diretamente tornou-se uma representação. As imagens representadas fundem-se ao mundo real, o que parece retratar um mundo à parte. Nem o mundo das representações, nem o mundo real, um terceiro mundo se apresenta: “Assim, o espetáculo em geral seria como a inversão da vida concreta, a realidade seria então invadida pela contemplação do espetáculo” (DEBORD, 1997, p.10). Esse gênero, segundo o autor, goza de grande simpatia nos meios de comunicação em geral.

No âmbito da subjetividade proposta em BLASQUEZ (1999) e XAVIER (1996) faz entender e perceber os jornalistas como sujeitos; como cidadãos dotados ou não de condutas éticas e valores morais, que possuem posicionamentos e ideologias. Além disso, conforme já visto, a compreensão de que os jornalistas, em sua maioria, são funcionários de empresas comerciais, que visam lucro e têm determinada postura ou linha editorial. Nesse sentido, as notícias são publicadas tendo em vista tanto uma lógica simbólica, que se refere aos critérios de subjetividade quanto à lógica comercial, que tende a tratar a notícia como mercadoria. Aplicando essa mentalidade ao terreno da comunicação, muitos se perguntam se o exercício da liberdade de expressão pública pode ser limitado. O que Blasquez (1999) questiona é se seria a ética um capítulo anacrônico de retórica ou um resíduo inútil da religião ou da lei dos mais fortes.

Uns acreditam ser a ética profissional um resíduo cultural do passado superado pelos cânones da pós-modernidade, outros crêem ser a ética um assunto subjetivo e sentimental no qual a razão em nada deve intervir. A razão deveria assim ser substituída primeiro pelos sentimentos e emoções e depois por critérios pragmáticos e de eficácia. Segundo BLASQUEZ (1999) o leitor da imprensa, ouvintes de rádio, telespectadores, são tratados como meros consumidores de espetáculos sensacionalistas e banalidades. Descrevendo-se a situação, é verdade que a maioria das pessoas poucas vezes usa a razão no seu comportamento ético, deixando-se levar somente por emoções e sentimentos.

Os usos e abusos da linguagem jornalística impuseram-se graças à instantaneidade das notícias, à impossibilidade de se corrigirem todos os deslizos e erros aliados ao crescimento visível de interesse pelos relatos sensacionalistas. Os meios de comunicação passaram a trabalhar com a mistura de realidade e ficção. Bourdieu (1997) comenta que a mídia quase sempre apresenta o que é irrelevante, construindo uma imagem que foge completamente da realidade. Entretanto Blásquez (1999) deixa claro que a notícia continua sendo a matéria prima do

jornalismo, e o repórter seu agente, embora o repórter solitário perde a sua importância visto ser substituído pelo trabalho em equipe, técnica e empresarialmente organizado.

Assim sendo, cada passo na direção do desenvolvimento da tecnologia comunicacional representa um novo sobressalto ético e um desafio à responsabilidade moral dos emissores, individuais ou coletivos.

## **2.8 Mídia e Liberdade como dimensão ética**

A defesa do direito social à informação implica argumentar, como propõe Karam (1997), que a informação, ao construir simbolicamente o mundo, deve expressar a diversidade conceitual com que ele se forma cotidianamente.

Isso envolve o reconhecimento de que, na própria informação, é necessário que as diversas concepções, versões, culturas e comportamentos estejam presentes. Como exemplo, é possível dizer que a Guerra no Golfo Pérsico deixou muitos ensinamentos sobre a diversidade simbólica do mundo. Mundos com significados diferenciados necessitam de uma ponte entre as várias particularidades, para que possam revelar, em seu interior, a universalidade humana potencialmente constituinte, a maneira pela qual é possível manter uma relação ética particular e universal ao mesmo tempo (KARAM, 1997,p.15).

Se no entendimento de Karam (1997), a linguagem jornalística, texto escrito e imagem, necessitam de algumas conexões com outros significados para os mesmos fatos, isso implica que a diversidade das fontes que expressa a pluralidade social é indispensável para formar a compreensão do presente e permitir a intervenção mais consciente no futuro.

Isso leva a concluir que o direito social à informação inclui a diversidade de significação do mundo e dele fazem parte a palavra e a imagem, o jornalismo escrito e a imagem jornalística. Nesse sentido Karam (1997) revela que, o direito social a informação só tem sentido se for conectado a conceitos e valores como liberdade.

Ser livre é um imenso desafio, o maior de todos, segundo Bucci (2008). A liberdade não é apenas letra. Ela só existe se for exercida de fato, por meio da visão

crítica, do rigor, da objetividade, na obstinação por tornar públicas as informações que o poder preferiria ocultar.

A liberdade floresce mais no conflito que no conagraçamento, tantos que alguns a confundem com a mera falta de educação – o que também é uma forma de rebaixá-la. De um modo ou de outro, por um caminho ou por outro, ela precisa ser explícita, ostensiva mesmo, pois disso depende a confiabilidade, a credibilidade e a autoridade da imprensa (BUCCI, 2008, p.52).

Nem mesmo o apartidarismo, um cânone da boa prática da imprensa, na concepção de Bucci (2008) é para o jornalista um imperativo tão alto quanto o de ser livre.

Esse debate leva a crer que a liberdade não funciona como redoma, um manto protetor que acolhe os profissionais, livrando-os de cobranças, de julgamentos e condenações. “Liberdade não é impunidade, mas um fator que impele o jornalista a se expor a julgamentos e punições” (BUCCI, 2008, p.56). É uma bandeira que a imprensa tem o dever de empunhar, por mais que isto lhe custe. Para o jornalista, exercer a liberdade é um dever porque, para o cidadão, ela é um direito. Para que este possa contar com o respeito cotidiano ao seu direito à informação, o jornalista não pode abrir mão do dever ético da liberdade.

Embora a luta pela livre expressão e liberdade de imprensa seja histórica, é interessante fundamentar, contemporaneamente, de forma sintética, alguns aspectos da consolidação conceitual sobre a necessidade do direito público à informação, especialmente a jornalística. Karam (1997, p.17) argumenta que a luta pela liberdade de imprensa tem já alguns séculos e sua origem está na própria luta pela liberdade literária.

Com o aparecimento dos primeiros jornais periódicos, no final do século XVI a luta toma nova dimensão em escala social. Este processo chega a dois momentos marcantes: a independência dos Estados Unidos, em 1776 (quando a liberdade de imprensa passa a ser entendida como suporte da própria liberdade social), e a Revolução Francesa, que, a partir de 1789, proclamou também a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, dispondo que a liberdade de exprimir idéias e opiniões eram um dos direitos mais preciosos da humanidade (KARAM, 1997,p.17).

Se antes, no século XVI, a luta pelo direito à informação como direito público acompanhava a efervescência intelectual e política do Renascimento e da Reforma, ao final do século XVIII ela se desdobrava na própria noção de cidadania, que as duas revoluções, americana e francesa, fizeram emergir.

Ao final do século XIX, com a crescente industrialização da sociedade contemporânea, Karam (1997) afirma que a informação jornalística passa a circular de forma ágil e global. Simultaneamente, a sua importância é crescentemente reconhecida e começa a ser discutida em vários foros de todo o mundo.

O direito social à informação, entendido como o direito das pessoas receberem informações e saberem o que está acontecendo no mundo, é consagrado pela declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu artigo 19: “Todo homem tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferências, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras”.

Embora fundamentalmente garantido, Karam (1997) avalia que o direito social à informação enfrenta obstáculos de natureza econômica, política, ideológica e cultural. Essa garantia formal não tem correspondência concreta, na medida em que a mediação que o Estado deveria realizar, no sentido da garantia efetiva do direito para todos, esbarra em sua essência de representação da particularidade, que expressa interesses majoritários de quem detém o poder político e econômico e não expressa sua suposta representação da universalidade social, apenas aparente.

O autor afirma que a própria Constituição Brasileira de 1988 assegura, em seu artigo 220, a liberdade de informação: “a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veiculação não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição”(BRASIL, 1988).

No entanto, afirma Karam (1997), o disposto nesta Constituição permite toda a sorte de interpretações particulares, de acordo com a posição política, ideológica, cultural de quem tem o poder para deliberar sobre determinado fato ou afirmação.

Nesse sentido, o autor defende a construção de uma ética humanista e universal. O que, segundo ele, é fundamental para a resolução de impasses entre o direito social à informação, a mediação profissional do jornalista e a realidade em reconstrução cotidiana pelos veículos de comunicação, por meio da informação imediata apropriada em conjunto por aqueles que a produzem.

Karl Marx *apud* Karam (1997, p.58) já afirmava há 150 anos: “A essência da imprensa livre é a essência característica, razoável e ética da liberdade. O caráter de uma imprensa censurada é a falta de caráter da não-liberdade”.

Assim cabe falar em liberdade de informação como princípio básico da Constituição Brasileira tanto da individualidade quanto da relação dela com todos os outros indivíduos. Nesse aspecto, considerando os argumentos de Karam (1997) entende-se que a informação, sendo um bem público e social, assegurado por diversas instituições, implica ser mediada por uma ética que, sem apegar-se somente as normas de conduta, reflita uma própria teoria moral que rompa com a moralidade conservadora, legalidade e dominação vigentes e construa-se com base em valores como liberdade e humanidade.

## **2.9 Imprensa e Poder**

Para escrever esse subtítulo fundamentar-se-á nos argumentos de Motta (2002) que afirma que não há poder sem imprensa nem imprensa sem poder. Ambos estão historicamente relacionados com a invenção da tipografia por Gutemberg, com a tipografia teve início a impressão em massa permitindo que a imprensa seja utilizada como instrumento na luta pelo poder. A invenção da imprensa, de fato, coincide com a criação das nações e do Estado pelo uso da força, mas por meio de formas mais sutis de coerção e de persuasão. A partir de então, a imprensa esteve sempre ligada à luta política.

Isso não quer dizer, segundo Motta (2002, p.13), que a imprensa tenha sido, historicamente, apenas um instrumento nas mãos do poder e que não tenha havido imprensa independente do poder. Quer apenas dizer que todo governo, como expressão de um poder, fez e continua fazendo uso da imprensa e de outras formas de persuasão para criar melhores condições de governabilidade. Há quinhentos anos dizia Maquiavel *apud* Motta (2002): “governar é fazer ver”. Hoje, mais do que nunca, essa frase sabia continua a convencer os governantes que precisam utilizar a imprensa para persuadir o povo e legitimar-se diante das massas. Todo poder é

político, precisa de visibilidade, necessita institucionalizar-se como expressão do todo social e, por isso, precisa da imprensa.

No entanto, apesar desse vínculo orgânico com o poder, a imprensa foi, e ainda é, igualmente, um dos instrumentos principais da oposição e da resistência política em qualquer época. Em todos os regimes políticos, a imprensa foi uma arma na difusão das visões opostas àquelas do poder instituído. Da mesma forma que a imprensa é uma instituição historicamente vinculada à vigilância pública pelo poder em exercício, para a manutenção e a reprodução da ordem instituída, ela é um instrumento do exercício da democracia. É por meio da imprensa – seja ela burguesa ou popular alternativa – que as queixas e as reivindicações populares se expressam, ainda que muitas vezes sem a consistência e a permanência das visões dominantes.

Nas democracias modernas, entretanto, tal visão dualista, governo por um lado e massas por outro, não consegue explicar a complexidade social. A divisão da sociedade em classe dominante e dominada não corresponde mais às intrincadas relações entre os diversos grupos intermediários das relações de produção. O rápido processo de urbanização, a especialização crescente, a ascensão de novos grupos sociais, o aumento das atividades de serviço, o aparecimento do terceiro setor, o desenvolvimento acelerado das novas tecnologias e, especialmente, o processo de globalização da economia criaram novas instâncias de representação e tornaram as sociedades contemporâneas uma teia de inter-relacionamentos flutuantes. Nesse contexto, a ação da imprensa e as suas tendências políticas variam, tornam-se igualmente complexas e até contraditórias. O seu entendimento como instrumento de poder é relativo e cambiante, acompanhando as mudanças políticas circunstanciais. Pode, às vezes, tender para um lado, outras vezes para outro e ainda atuar contraditoriamente, tornando a sua compreensão um processo mais complicado, que necessita de instrumentos analíticos mais rigorosos.

Nas democracias liberais, a imprensa tem sido chamada de *quarto poder*, um poder além do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, porque expressaria um poder independente de todos eles, um poder autônomo exercido em nome do povo. É o que Traquina (2001) conceitua:

Os mídia noticiosos foram e são definidos como um quarto poder, que guarda os cidadãos dos eventuais abusos de poder por parte dos governantes. O termo foi forjado por um inglês em 1828, numa altura em que os primeiros teóricos de um novo sistema de governo chamado democracia argumentavam que os mídia noticiosos teriam um papel fundamental. (p.189)

Nesses casos, a imprensa é identificada como um baluarte da vigilância democrática e da resistência aos abusos dos governos autoritários. Ela é tomada, por delegação implícita da sociedade, como instrumento de defesa popular contra as injustiças, ilegalidades e ilegitimidades (MOTTA, 2002, p.15).

Motta (2002) assegura que a imprensa seria o instrumento de desconfiança e de cobrança pública, para impedir que a política seja apenas uma ação em defesa de interesses particulares, contrários aos interesses gerais da sociedade, principalmente nas complexas sociedades contemporâneas, onde as pessoas comuns se sentem distantes e impotentes para exercer os seus direitos de cidadãos. Se ela de fato exerce democraticamente esse quarto poder, representando todos o grupos sociais, é uma questão que só o exame de cada circunstância pode responder.

E aí reside um paradoxo, afirma Motta (2002). A imprensa pode ser um instrumento do poder instituído ou um instrumento de resistência e de oposição a esse poder. Essa relação, paradoxal, portanto, pode pender para um ou para outro lado, dependendo da situação histórica. São as condições concretas da luta política local, de cada nação, de cada governo, de cada cidade e de cada povo que vão revelar a tendência do pêndulo político da imprensa.

O paradoxo revela, assim, que não existe imprensa sem inserção política. A política não é a única instância de ação da imprensa. Ela desempenha igualmente funções econômicas, especialmente comerciais, quando estimula, por meio de seus anúncios, o consumo de bens. Da mesma forma, ela cria necessidades para os consumidores e exerce ainda um papel cultural na medida em que veicula e consolida hábitos, costumes gostos. Possui um papel jurídico-institucional como legitimadora de regras éticas e morais socialmente aceitas. Mas essas funções são complementares à política, quando se refere a ela como relações de poder, como se propõe nesse contexto.



Na defesa de uma posição independente e, portanto, democrático, está o discurso da própria imprensa em torno do cânone da objetividade jornalística. É a imprensa como instituição que continua defendendo uma posição própria de imparcialidade no jogo político, de neutralidade e de distanciamento na observação e no relato dos eventos públicos.

São os próprios jornais que alardeiam insistentemente uma posição ideologicamente independente na cobertura dos fatos, reivindicando uma atitude *profissional* do jornalismo *moderno*. Essa modernidade da imprensa significaria, segundo o discurso liberal do jornalismo, um passo à frente do velho jornalismo engajado do início do século XX. Para superar e abandonar de vez a militância e a parcialidade doutrinária, a imprensa assume um posicionamento epistemologicamente “neutro” e “objetivo” na observação e na análise da realidade política – modernidade que corresponderia a uma atitude profissional<sup>10</sup>.

A atitude profissional qualificada como competência, justifica a alegação de uma observação e de um relato dos fatos que se traduzem por verdade, afirma Motta (2002, p.16). Pura informação, pura fidelidade ao referente real. Aquilo que os jornais revelam seria a verdade, nada mais que a verdade. As notícias seriam, então, a significação mais pura dos acontecimentos cotidianos. Por isso, isenta para deixar que a opinião pública se forme por si mesma, sem persuasão ou manipulação por parte da imprensa. A imprensa seria, então, o instrumento fundamental do jogo democrático do poder. Isso vale especialmente porque a complexidade das sociedades contemporâneas não permite a cada um observar diretamente todos os fatos, nem dá a todos a capacidade de interpretá-los de forma coerente e profissional. Esse papel é da imprensa.

Essas funções da imprensa tornar-se-iam mais acentuadas nas sociedades contemporâneas, em que há muito as interações pessoais e os testemunhos presenciais dos fatos foram substituídos por uma intermediação de meios eletrônicos, entre os quais a própria imprensa. Tal intermediação profissionalizou o contexto da produção, distanciando-o dos receptores. Paradoxalmente, entretanto, o fluxo comunicativo vai se tornando assimétrico, de sentido único, e as possibilidades de resposta e interação ficaram muito limitadas. Embora alcançando um número

---

<sup>10</sup> Atitude profissional aqui significa uma cobertura jornalística íntegra, transparente, equilibrada. Tais adjetivos passaram a simbolizar, tanto para os empresários da imprensa como para os jornalistas, competência, uma atitude profissional e moderna.

cada vez maior de receptores, o fluxo democrático de informação torna-se mais problemático, levantando novas questões políticas e ideológicas.

As sociedades passaram a ser impulsionadas por uma lógica midiática. A mídia passou a ser a instituição política e ideologicamente mais notável da sociedade, suplantando outros poderes, como o Parlamento no jogo político. E superando outras instituições poderosas, como a igreja e a escola, na produção e disseminação da ideologia, condicionando tudo à lógica midiática. O processo político ficou inexoravelmente dependente e condicionado e passou a ser um prolongamento da mídia em geral e da imprensa em particular. Há muito a imprensa (e o resto da mídia) deixou de apenas intermediar o real e o simbólico para estruturar e constituir o real. É a imprensa que seleciona, tipifica, descontextualiza e recontextualiza, estrutura e referencia o real (MOTTA, 2002, p.45).

Nesse contexto, a política mistura-se com a *performance*, as eleições são disputas de *marketing*, políticos são mais atores que ideólogos, todos desempenhando papéis cujo fim é o espetáculo em si. A ação política é valorizada não pelo conteúdo das discussões, mas pelas habilidades teatrais e comunicativas dos atores, ou melhor, dos marqueteiros que “interpretam” a política. Nessa atmosfera mercadológica, a notícia é curta, rápida e fragmentada.

Chauí (2006) entende que as notícias fragmentadas dão lugar a desinformação que, atualmente continua sendo o principal resultado da maioria dos noticiários nos jornais, no rádio e na televisão, pois, de modo geral, as notícias são apresentadas de maneira a impedir que se possa localizá-la no espaço e no tempo. Isso não somente no âmbito da política, mas em todas as áreas.

Sem ter como identificar o tempo e o espaço em que os fatos acontecem, observa Chauí (2006), eles acabam sendo relatados como se não tivessem causas passadas nem efeitos futuros; surgem como pontos puramente atuais ou presentes, sem continuidade no tempo, sem origem e sem conseqüências; existem enquanto forem objetos de transmissão e deixam de existir se não forem transmitidos. Têm a existência de um espetáculo e só permanecem na consciência dos ouvintes e espectadores enquanto permanecer o espetáculo de sua transmissão.

Paradoxalmente, rádio e televisão podem oferecer o mundo inteiro num instante, mas o fazem de tal maneira que o mundo real desaparece, restando apenas retalhos fragmentados de uma realidade desprovida de raiz no espaço e no tempo.

Assim sendo, Chauí (2006) evidencia que o poder da mídia alcança a forma máxima. De fato, por meio do aparato tecnológico e dos procedimentos de encenação e de persuasão, os meios aparecem com a capacidade mágica de fazer acontecer o mundo. Ora, essa capacidade é a competência suprema, a forma máxima do poder: o de criar a realidade. E esse poder é ainda maior (igualando-se ao divino) quando, graças a instrumentos técnico-científicos, essa realidade é virtual ou a virtualidade é real.

O próximo capítulo se pautará pela descrição parcial das matérias catalogadas no jornal O popular. Na sequência será realizada uma reflexão tomando como base o quadro teórico apresentado até aqui. Busca-se na redescritção uma melhor forma de reescrever as matérias impressas selecionadas.

### **CAPÍTULO III**

#### **AS REDESCRIÇÕES DO FEMINISMO NAS PÁGINAS DO JORNAL O POPULAR**

Segundo Rorty (2005) a “única forma de transformar o mundo é interpretá-lo. Tecer mais e mais descrições foi o caminho pelo qual sempre mudamos e pelo qual continuaremos a mudar a nós, aos outros e ao mundo”. Sustenta o autor que a redescrição permite nos ver incluídos junto com indivíduos com quem até então pensávamos não ter qualquer coisa em comum, em um número crescente de grupos significativos para nós, podendo então, exatamente por esta razão, estender a tais indivíduos sentimentos de confiança e solidariedade – sentimentos reservados para aqueles que consideramos um de nós.

Essa reflexão levar a crer que a costura redescritiva entre o jornalismo e o movimento feminista poderá apontar novos caminhos sugerir outras formas de contar a notícia dando a ela um outro olhar e assim diversificar as interpretações deste movimento na imprensa.

Para exercer a tarefa da redescrição se faz necessário também analisar a representação do movimento feminista no jornal O popular. Para tanto, aponta-se um breve resumo do conceito de representação no jornalismo impresso.

Enquanto meio de comunicação de massa, o jornal impresso tem como objetivo, desde o seu surgimento, atingir públicos diferenciados. Ao trabalhar com uma linguagem mista (signos verbais e não-verbais) as matérias podem ser entendidas por todos os leitores do jornal: adultos e crianças, letrados e iletrados. Pois, se você não entende o texto, pode muito bem ler as imagens e se reconhecer nos ambientes e, a partir daí, interpretar o conteúdo da história de acordo com o seu contexto (BARCELLOS, 1998).

Nessa perspectiva o jornal sempre foi o espaço por excelência da representação social. Dos cenários aos enredos, passando pelos personagens, tudo o que é reportado pode ser visto como uma apropriação de conceitos, valores e elementos que foram, são ou podem vir a ser aceitos como reais.

A partir dessas considerações e segundo Soares (2003, p.90) o jornalismo, enquanto instrumento de informação passa pela vivência de informar e seu papel

deve ser postulado na prática de uma mudança para um novo olhar, objetivos que se cruzam com a tarefa de redescrever a realidade.

Segundo Wagner (1998), as representações sociais são co-construídas em práticas cotidianas. Por outro lado Moscovici (1978) citado por Soares (2003, p.91) afirma que *“as representações sociais são conjuntos dinâmicos de forma de apreensão e expressão do cotidiano vivenciado pelo homem e seu status é o de produção de comportamentos e de relações com o meio ambiente”*.

O autor considera ainda que; as representações sociais têm como uma de suas finalidades tornar familiar algo não-familiar, isto é, uma alternativa de classificação, categorização e nomeação de novos acontecimentos e idéias, com os quais não tínhamos contato anteriormente, possibilitando, assim, sua compreensão e manipulação a partir de idéias, valores e teorias já preexistentes, internalizadas e amplamente aceitas na sociedade.

As representações que nós fabricamos – duma teoria científica, de uma nação, de um objeto, etc – são sempre o resultado de um esforço constante de tornar real algo que é incomum (não-familiar), ou que nos dá um sentimento de não-familiaridade. E através delas nós superamos o problema e o integramos em nosso mundo mental e físico, que é, com isso, enriquecido e transformado. Depois de uma série de ajustamentos, o que estava longe, parece ao alcance de nossa mão; o que era abstrato torna-se concreto e quase normal (...) as imagens e idéias com as quais nós compreendemos o não-usual apenas trazem-nos de volta ao que nós já conhecíamos e com o qual já estávamos familiarizados (MOSCOVICI, 2003,p.58).

As representações sociais, de acordo com o autor, formam-se da apropriação dos conhecimentos que são produzidos e organizados no espaço do universo reificado e levados para as conversações do universo consensual dos acontecimentos cotidianos.

Para Rocha e Bicalho (1998) as representações são sempre socialmente construídas e individualmente incorporadas.

Assim, um fenômeno social só existe na forma da representação. E as representações sociais são sempre postas em ação como manifestação individual, sendo, portanto, historicamente construídas, socialmente asseguradas e individualmente aplicadas, como também o pensamento.

Wolton (2004, p.502) conclui que: se a informação tem como objetivo dar a forma ao mundo, dar conta dos acontecimentos dos fatos e contribuir diretamente para o funcionamento de sociedades complexas, é inseparável da comunicação, que além do ideal normativo de trocas e interações, constitui meio de difundir essas informações e de construir as representações.

Os itens a seguir se configuram em formato de páginas por entender que esse formato dá mais coerência ao objetivo desse capítulo que é analisar sistematicamente o conteúdo de cada página catalogada.

### **3.1 Primeira página: Atos e retratos do feminismo na década de 1980**

Ao se considerar as orientações acima passa-se a apresentar os resultados deste estudo em três partes: Na primeira observa-se as matérias veiculadas no jornal O popular durante a década de 1980. O levantamento de dados no jornal requereu um estudo extenso das notícias catalogadas. Em princípio a idéia era analisar todas as matérias referentes ao dia 08 de março (dia Internacional da Mulher) durante toda a década de 1980, mas como o jornal não disponibiliza as versões impressas dos jornais mais antigos para análise e sim uma clipagem<sup>11</sup> das matérias, catalogamos o que havia de material impresso referente ao dia Internacional da Mulher e aproveitamos para o estudo. A coleta de dados no jornal O Popular<sup>12</sup> foi realizada no primeiro semestre de 2010, num total de 07 jornais contendo 11 matérias.

Assim sendo acredita-se que seja pertinente elucidar um breve resumo sobre a inserção do universo feminino durante década de 1980.

Essa década foi bastante promissora para as feministas. Nas universidades a questão feminina se tornou objeto de estudo. Tãmanha foi a importância do assunto que a *Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS)*

---

<sup>11</sup> Clipagem é uma expressão inglesa, uma "gíria", que define o processo de selecionar notícias em jornais, revistas, sites e outros meios de comunicação, geralmente impressos, para resultar num apanhado de recortes sobre assuntos de total interesse de quem os coleciona.

<sup>12</sup> O acesso ao material feito através de microfímes dificultou a análise das matérias o que levou-nos a catalogar apenas as reportagens impressas no dia 08 de março que o jornal disponibiliza.

reservou um espaço anual para reuniões a partir de 1979. Em 1981 foi ratificada pelo governo brasileiro a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, firmada pela ONU em 1967. Ficou acertado, nesta convenção entre os países signatários, o compromisso de eliminar todas as restrições contra a mulher trabalhadora. Algumas empresas e órgãos passam a aceitar a mulher como parte integrante do quadro de funcionários. São exemplos dessas empresas e órgãos a polícia civil e militar, a Academia Brasileira de Letras e a Petrobrás e outros.

A década de 1980 se caracterizou como um ano de crise para todos os setores políticos e econômicos no Brasil, inclusive para o *Movimento Feminista*. É clara a desmobilização política e a retração de todos os grupos sociais organizados, nesse período, apesar das mobilizações pela Constituinte e pelas eleições diretas.

O *Movimento Feminista* não escapa da reestruturação a qual todo o contexto social está submetido no país. Nesse momento histórico o *Movimento Feminista* fica difuso e não se concentra em um único grupo. Com a democratização as mulheres passam a trabalhar em vários grupos não governamentais, e não há mais uma unificação da causa feminista. Com essa dissolução das organizações feministas foram criados os fóruns, dentre eles um dos mais importantes o Fórum Feminista do Rio de Janeiro, que passou a se reunir regularmente a partir de 1985.

Nessa década, também se torna primordial entre os discursos políticos uma definição da situação da mulher. Em 1983 através de decretos oficiais criou-se o Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo e em 1985 o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Foi nesse ano também que, as mulheres de vários partidos uniram-se e de mãos dadas ocuparam 26 cadeiras como deputadas constituintes, dando uma representatividade maior e mais significativa aos direitos da mulher<sup>13</sup>.

Nessa década fica ainda evidente que o feminismo emergiu no espaço fragmentado da redemocratização da sociedade brasileira.

Em Goiás, as organizações feministas e a luta das mulheres organizaram-se em torno das questões políticas e sociais que marcaram o movimento social em todo o país e se deram como criação de espaços alternativos em meio à sociedade

---

<sup>13</sup> Fonte: Enciclopédia virtual Wikipédia.

patriarcal<sup>14</sup> construindo suas “identidades”, as quais reivindicavam autonomia como forma de resistência a valores patriarcais.

Rocha e Bicalho, (1998, pp.25, 28) afirmam que, dentro desse contexto, nesta década Goiás apresenta a criação de grupos feministas e órgãos de combate à violência, como a delegacia da mulher que foi conquistada pelo movimento feminista e funciona desde 1985.

Também em 1985 instalou-se em Goiânia o Conselho Municipal da Mulher, ligado à prefeitura e, em 1987, foi criada a Secretaria Estadual da Condição Feminina, primeira de um governo estadual na América Latina. Na década de 1980, cinco entidades feministas foram organizadas em Goiânia: Estudos Feministas (1981), Grupo Eva de Novo (1981), CEVAM - Centro de Valorização da Mulher (1981), CPM (Centro Popular da Mulher (1985) e Grupo Transas do Corpo (1987). Essas entidades reforçam o fortalecimento do movimento feminista na capital nesta década.

Todos grupos vão marcar significativamente a presença do movimento feminista na imprensa goiana com notícias, entrevistas, manifestos e artigos de opinião, mas o foco de intervenção na mídia (jornal, televisão e rádio) se concentrarão no dia Internacional da Mulher que tem ocupado as páginas do jornal para reivindicar, denunciar e especialmente para celebrar e comemorar o 08 de março com resgate do passado que atualiza.

Ao se pensar em organizar a história do 08 de março em Goiânia na perspectiva do jornal O popular, trabalha-se com a pretensão de propor reflexões sobre os caminhos trilhados pelo movimento feminista através das reportagens impressas. O propósito é fazer um resgate histórico das lutas das mulheres durante as décadas de 1980 a 2000.

Rocha e Bicalho (1998) afirmam que resgatar a história da luta feminista é reconstruir memórias trazendo às mulheres o sentido de pertencimento a um grupo, a uma história, garantindo sua humanidade. Nesse contexto o 08 de março, como um fenômeno social, tem o caráter de perpetuação de fatos, é ao mesmo tempo momento de luta e registro histórico.

---

<sup>14</sup> Para Abreu, a sociedade goiana sempre foi marcada por relações de mando e subordinação, aonde as relações de obediência entre as oligarquias vão além dos limites políticos ou institucionais (2002, p.48).



Com base nesses argumentos segue abaixo os elementos da redescritção feito no jornal O popular. Essa categoria analítica tem como principal propósito apontar novas perspectivas para diversos olhar.

Figura 1



Fonte: Jornal O Popular - 08 de março de 1983

Na década de 1980, quando o movimento feminista já se consolidava cada vez mais na sociedade goiana, o jornal do dia 08 de março de 1983 traz uma reportagem de seis parágrafos sobre as comemorações do dia Internacional da mulher. A matéria percorre um caminho histórico sobre a criação dessa data instituída pela Organização das Nações Unidas em 1952.

O debate sobre a situação da mulher amplia a discussão. Temas como liberdade, violência, discriminação e direitos ficam evidentes quando a reportagem aborda o cinquentenário de emancipação política da mulher brasileira que é comemorado nesse ano. O cinquentenário refere-se ao Decreto 21.076, de 1932 que concedeu a mulher o direito de votar e ser votada<sup>15</sup>.

A conquista do direito de voto para as mulheres (votar e ser votada) significou, na concepção de Rodrigues (2001), a incorporação de metade da

<sup>15</sup> Decreto 21.076 de 24 de fevereiro de 1932. Fonte: WWW.senado.gov.br

população à dinâmica da democracia representativa; inicia-se, assim, a aproximação das mulheres com os poderes do Estado, abrindo-se a possibilidade de responderem pelo destino das nações. Essa conquista é resultado da luta contínua do movimento sufragista, que emergiu, no Brasil em 1919 e culminou com a conquista do direito ao voto pelas mulheres cerca de 10 anos após. Esse registro torna-se relevante porque mostra, reafirma o primeiro passo para as mulheres tornarem-se de fato cidadãs.

Figura 2



Fonte: Jornal O Popular – 08 de março de 1985

O texto da reportagem da Figura 2, publicado no dia 08 de março de 1985, retrata os sonhos e aspirações das adolescentes. Frases provocativas como: “As meninas de hoje são as mulheres de amanhã” dão a tônica da reportagem, cujo conteúdo aponta as transformações que as mulheres vêm passando nas últimas décadas. Transformações que só foram possíveis por meio da consciência de que é fundamental a luta pelos direitos, pela liberdade e pela conquista de espaços. Esse discurso, presente no texto, chama a atenção ao destacar o pensamento das adolescentes, que, segundo a reportagem, estão cada vez mais se engajando nas causas feministas.

Assuntos como casamento, filhos e profissão são abordados na reportagem especial que compõe todo o caderno do jornal. Nota-se um grau elevado de importância dado ao assunto. A matéria possui quatro colunas distribuídas em duas páginas que abrange toda a página do jornal, além de fotografias grandes que realçam a abertura da reportagem.

O planejamento familiar é um dos assuntos que a matéria mais aborda, pois designa boa parte de sua composição a trechos na íntegra de uma pesquisa realizada em fevereiro do mesmo ano, a pesquisa visa conhecer a mulher goianiense no que diz respeito a sua sexualidade, principalmente sobre os métodos contraceptivos.

O planejamento familiar é um direito assegurado na Constituição Federal (BRASIL, 1988). Consiste num conjunto de ações que auxiliam o casal que deseja ter filhos ou ainda, na prevenção da gravidez. Para Lima (2008) o reconhecimento do direito ao planejamento familiar é uma conquista do movimento feminista, que luta há décadas pela sua garantia. O movimento de mulheres reafirmou a importância do planejamento familiar para o pleno exercício dos direitos sexuais e reprodutivos.

Figura 3



Fonte: Jornal O Popular – 08 de março de 1985

O dia 08 de março de 1985 ainda traz uma nota sobre a inauguração de uma creche estadual em homenagem ao dia Internacional da Mulher (Figura 3). Esse

assunto, ao mesmo tempo que sinaliza uma relevante conquista do movimento feminista que é o direito à creche, ele reafirma a divisão de papéis na sociedade. Pois esse instrumento possibilitará a participação e atuação da mulher na vida pública.

Figura 4



Fonte: Jornal O Popular – 07 de março de 1986

A imagem acima foi publicada no jornal no dia 07 de março de 1986. O texto destaca o crescimento dos grupos e organizações feministas que se formam em defesa dos direitos da mulher. O texto diz assim no seu primeiro parágrafo:

A medida em que os grupos e organizações feministas se formam, levantando bandeiras e discussões sobre as variadas formas de discriminação sofridas pelas mulheres aumenta também a confiança no poder de organização e luta deste majoritário setor da população mundial que, nem por ser o mais numeroso, conseguiu alcançar a cidadania plena, que implica a posse das condições de vida que não neguem a dignidade humana. Amanhã em todas as grandes cidades do mundo [...] grupos de mulheres estarão discutindo, em mesas-redondas, palestras e atos públicos as violações de seus direitos fundamentais, as discriminações que sofrem e os mais diversos abusos de que são vítimas, por parte de uma sociedade opressora, que é profundamente injusta (JORNAL O POPULAR, 07 de março de 1986).

Nessa época Woitowicz (2002) afirma que movimento de mulheres estendia-se por diversos países, somando novos elementos à sua identidade e autonomia. A partir de referências mundiais, as mulheres brasileiras buscavam o crescimento e a aceitação de suas organizações baseando-se em novas maneiras de compreender as lutas. Isso justifica a presença de elementos referentes às posturas ideológicas relacionadas ao papel da mulher em diferentes contextos, presente na reportagem.

A matéria discorre ainda sobre os eventos em comemoração ao dia Internacional da Mulher, como a mostra fotográfica que revela a mulher em diversos tempos e enfoques, tanto em seu cotidiano quanto em seu trabalho e nos momentos de lazer. A matéria registra também o aparecimento de grupos e organizações feministas, revela o conteúdo das discussões no mundo e a realização dos atos públicos contra as violações dos direitos da mulher.

A reportagem desse ano demonstrou uma riqueza em relação às atividades, à prática dos grupos feministas que se aglutinaram em torno das comemorações para realizarem um trabalho conjunto neste dia.

Outro elemento importante é a afirmação dos grupos atuantes em Goiânia, cada qual trabalha um aspecto ou uma dimensão do universo feminino, o que resulta numa junção que culmina em uma única luta.

Figura 5

1798

**caderno 2**  
Goiânia - Sábado, 08 de Março de 1986 **O Popular** Editor: PAULO BERINGHS

**DIA INTERNACIONAL DA MULHER**

**Mulher, política dentro e fora de casa**

**Vera Lucia Fonseca**

Em debate promovido por O POPULAR, um grupo de mulheres levantou questões ligadas à sua participação em vários segmentos da sociedade, como mercado de trabalho, família, educação, necessidade de conscientização, participação política, etc. O motivo foi a comemoração da Semana da Mulher, que está

O Século XX está a caminho do fim, deixando um saldo decisivo para a auto-afirmação das mulheres. Isso é inegável. Mesmo o reconhecimento de que se trata de um processo de transição ainda em andamento, mulheres e homens já deram passos importantes para que a liberação

intensivo, exaustivo. Assuntos antes reservados aos homens, relativos à questão dos direitos da mulher em relação a si mesma, já não são mais da alçada masculina somente. Em breve, ou mesmo que demore algum tempo, serão elas próprias a decidir sobre o seus destinos. Para os homens, fica a

panhas de conscientização, alegando que o que se faz necessário no momento "é a construção dessas creches, que ainda são em número insuficiente". Maria Dagmar Bezerra, advogada, vereadora pelo PMDB, casada pela segunda vez, três filhos, lembra que, "pela consolidação das Leis Trabalhistas, toda empresa com mais de 30 funcionárias mulheres acima de 16 anos são obrigadas a

*A consciência adquirida a partir da experiência de vida: os mesmos direitos*

Zelina Damazio

Fonte: Jornal O Popular – 08 de março de 1986

A reportagem da Figura 5 ocupa duas páginas do jornal no dia 08 de março de 1986. A abertura da matéria remete a um debate promovido pelo jornal para discutir questões ligadas ao universo feminino. A participação das mulheres em vários segmentos da sociedade, como mercado de trabalho, família, educação,

participação política foram alguns dos principais assuntos da pauta. A tônica do debate foi a questão dos espaços conquistados pelas mulheres dentro e fora de casa e da necessidade de reconhecimento da capacidade feminina. O quinto parágrafo do texto mostra também um elemento fundamental à compreensão do termo política, algo que acontece no público e no privado.

O século XX está a caminho do fim, deixando um saldo decisivo para a auto-afirmação das mulheres. Isso é inegável. Mesmo o reconhecimento de que se trata de um processo de transição ainda em andamento, mulheres e homens já deram passos importantes para que a liberação feminina para outros setores que não o doméstico passe a ser de fato. O dia 08 de março é apenas um, de outros 364 dias onde o trabalho para se conquistar espaços é intensivo, exaustivo. Assuntos antes reservados aos homens, relativos à questão dos direitos da mulher em relação a si mesma, já não são mais de alçada masculina somente. Em breve, ou mesmo que demore algum tempo, serão elas próprias a decidir sobre seus destinos (JORNAL O POPULAR, 08 de março de 1986).

A conquista desses espaços na concepção de Woitowicz (2002) situa-se no campo da representação política e do mercado de trabalho, espaços historicamente excluídos à participação feminina. O movimento das mulheres irá denunciar a permanência de uma condição de desigualdade nos âmbitos político e econômico.

Figura 6



Fonte: Jornal O Popular – dia 13 de abril de 1986

A temática sobre a situação da mulher se estende para além do dia 08 de março. O jornal do dia 13 de abril de 1986 traz em seu segundo caderno um amplo artigo de opinião do cronista Ortêncio (1986) (Figura 6). O artigo faz referência ao dia internacional da mulher e exalta a figura feminina ao fazer uma interlocução com

o passado e o presente vivido por elas. A mulher do passado segundo o artigo foi forjada no medo do pecado,

tudo era passaporte para o inferno. A conscientização somente está surgindo agora, está se libertando de preconceitos danosos, de falsa moral, do tudo pecado. Quantas vítimas da má instrução e do tabu onde os pais não discutiam certas coisas com as filhas, que falar em sexo era imoralidade e moça de família não podia ouvir nem falar certas coisas. [...]”. O autor termina sua crônica argumentando: “[...] Se a mulher deve trabalhar? E por que não? Ela deve exercer qualquer trabalho compatível com o seu intelecto e as suas condições físicas. Os direitos são iguais e a mulher deve trabalhar em condições iguais ao homem, recebendo o que for justo e não menos por ser mulher (ORTÊNCIO, 1986).

O modelo feminino divulgado nas décadas passadas, na concepção de Bassanezi (1997, p.611), preconizava para as mulheres o casamento, a maternidade e os afazeres domésticos como destino natural e inexorável, modelo que, segundo o autor da crônica, vem se rompendo com a intensidade dos movimentos feministas, das lutas e das bandeiras ostentadas por eles.

O rompimento desse modelo está explícito na Figura 6, cuja ilustração mostra a charge de uma mulher se libertando das correntes. O desenho reforça o objetivo do autor em querer proporcionar ao leitor uma idéia do assunto que será abordado no artigo.

Figura 7



Fonte: Jornal O Popular – 06 de março de 1987

O ano seguinte, 1987, no dia 06 de março o jornal volta a enfatizar eventos sobre o movimento feminista que ganha força a cada ano (Figura 7).

As questões envolvendo os direitos da mulher na sociedade é tema central dos debates e ganha novos contornos depois da instalação da Assembléia Nacional

Constituinte, quando a discussão vem sendo ampliada. A assembléia Constituinte é um momento paradigmático do tipo de participação do movimento feminista na política. Nessa época segundo Pinto (2003, p.74) o perfil da bancada feminina no congresso constituinte é particularmente interessante para exemplificar antes de tudo a ausência das feministas no espaço legislativo. Para a câmara dos deputados na legislatura 1986-1990 foram eleitas apenas 26 mulheres, que representavam 5,7% da casa. As mulheres eleitas deputadas tiveram uma trajetória surpreendente: superando suas diversas extrações partidárias, se autodenominaram bancada feminina e apresentaram 30 emendas sobre os direitos das mulheres, englobando praticamente todas as reivindicações do movimento feminista. A reportagem reforça ao leitor que o dia Internacional da Mulher é importante para lembrá-las que a participação delas nos movimentos deve ser permanente (Figura 7).

Figura 8



Fonte: Jornal O Popular – 06 de fevereiro de 1988

O texto publicado no dia 06 de fevereiro de 1988 (Figura nº 8) relata os eventos em comemoração a semana da mulher. A semana é marcada por exposições, por debates e depoimentos de mulheres que foram apresentados à população como prova de luta e também das conquistas diárias alcançadas por elas. Nessa ocasião também foi apresentado um painel denominado Imagem da Mulher, que analisa o uso da imagem feminina na imprensa, na propaganda e na publicidade.

Aqui nota-se uma nítida preocupação com a representação da mulher na imprensa. Essa temática vincula-se ao que Soares (2009, p.66) analisa; “os meios



de comunicação exercem uma influência fundamental no desenvolvimento de imagens sociais e públicas”. Portanto, ao planejar a inclusão social e imagem pública da mulher, é necessário voltar a insistir que a mídia deve levar em conta a imagem social que essa mulher representa.

De acordo com o pensamento da autora, compreende-se que a comunicação leva à produção de representação social de acordo com as interações vivenciadas entre o sujeito e o objeto, articulada no âmbito do pensamento social. Assim a veiculação de uma matéria, de uma propaganda ou anúncio que venha distorcer a história ou a imagem da mulher, tem uma influência sobre a conduta e as opiniões que serão formuladas sobre elas. Nesse aspecto o movimento feminista apresenta esse painel para analisar como a mulher está sendo representada na imprensa.

Figura 9



Fonte: Jornal O Popular – 09 de março de 1988

No dia 09 de março de 1988 o jornal volta a exercer o papel de interlocutor de uma causa ao dar voz a instituições que atuam na luta pelos direitos das mulheres (Figura 9). Além dos encontros em comemoração ao dia internacional da mulher, o lançamento de uma cartilha, distribuída pelo Estado, em que sugere a participação das mulheres nas diversas instâncias da sociedade são temas centrais do texto. A cartilha incentiva a mulher a participar dos debates sobre sua condição na sociedade, o texto destaca também a necessidade da mulher se organizar e lutar cada vez mais por seus direitos para romper com a discriminação enfrentada por ela ao longo de muitas décadas. É significativo que a reportagem registrou a incorporação por órgãos estatais nas lutas das mulheres, como a Secretaria Estadual de Condição Feminina que ampara a mulher na totalidade de seus direitos.

### **3.2 Segunda página, década de 1990: A consolidação do movimento feminista e o surgimento de uma nova via**

A análise do movimento feminista durante a década de 1990 destaca que, se por um lado esse período não foi especialmente propício à expansão dos movimentos sociais, havendo mesmo um retraimento da maioria deles, por outro lado neles foram criadas condições para que suas demandas fossem incorporadas por largas parcelas dos discursos públicos (PINTO, 2003).

Durante essa década houve um crescente aumento do espaço dedicado às questões relacionadas ao direito da mulher em especial em campanhas eleitorais. A importância da discussão feminina não está no compromisso ou não dos candidatos em relação as causas defendidas por seus movimentos, mas na percepção de que este é um tema relevante que pode dar votos, ou seja;

Existe um feminismo difuso na sociedade, frutos certamente de anos de militância do movimento organizado, que se expressa na presença da luta pelos direitos das mulheres em campanhas eleitorais. Esse feminismo difuso não tem militantes nem organizações e muitas vezes é defendido por homens e mulheres que não se identificam como feministas” (PINTO, 2003, p.93).

Na concepção da autora esse movimento difuso, por ser fragmentado e não supor uma doutrina é um discurso que transita nas mais diferentes arenas, o que significa uma mudança de cultura. Essa mudança pode ser notada na legitimidade alcançada pelas discussões sobre assédio sexual, por exemplo, tema muito discutido pelas feministas nas últimas décadas.

Quanto ao espaço que o pensamento feminino ocupa na década de 1990 Pinto (2003) enfatiza que a participação da mulher na política institucional se mostra sutil.

No Brasil, nem mesmo a existência de uma lei que garante 30% de mulheres nas listas partidárias para cargos legislativos, ainda muito recente, na verdade, mudou o quadro. Há uma grande dificuldade dos partidos para completar o percentual exigido por lei (PINTO, 2003, p.98).

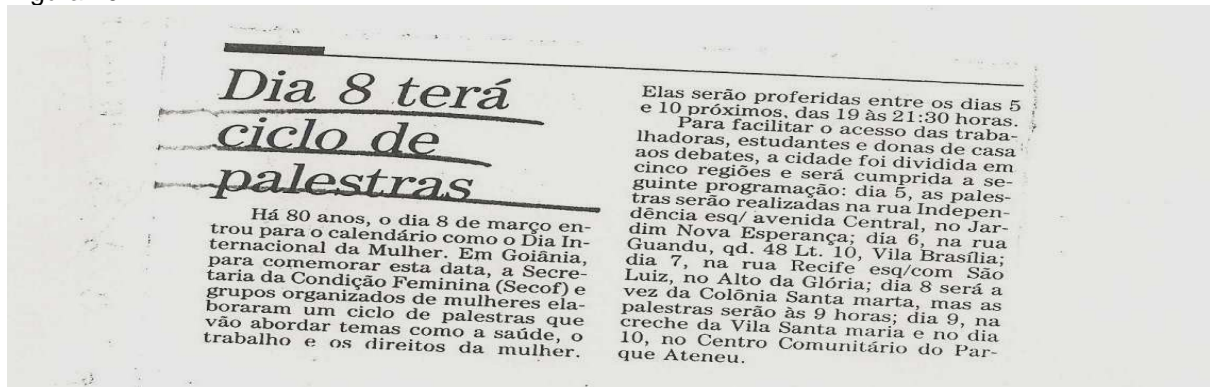
A autora sugere ainda que a questão das mulheres e sua participação na política necessita ser analisada sob outros ângulos, pois reduzi-la a êxitos eleitorais não permite visualizar a dinâmica da participação da mulher no país nas últimas décadas. Exemplos como a criação de um Conselho Nacional da Condição da Mulher em 1985, a primeira Secretaria de Condição Feminina em Goiás, a própria Constituição de 1988 (BRASIL,1988), são elementos que asseguraram um conjunto importante de direitos às mulheres. Nesse aspecto destaca-se a multiplicação de delegacias de polícia da mulher a criação de conselhos estaduais e municipais da mulher. Todos esses indicadores expressam a existência de uma presença firme das mulheres na defesa de seus interesses.

Assim, observa-se que, a década de 1990 abriu espaço também para o surgimento de uma nova via de participação das mulheres em Organizações Não-Governamentais (ONGs) feministas. Segundo Pinto (2003), apesar da presença das ONGs representarem a mais pública expressão do feminismo ainda assim continua a existir uma multiplicidade de manifestações de mulheres em movimentos populares, em sindicatos, em partidos políticos, haja vista a candidatura de duas mulheres à presidência em 2010, aspectos que acentuam a discussão dos direitos das mulheres.

Muitos grupos, principalmente dos setores populares, que se organizavam não como feministas, mas, na maioria das vezes, como reivindicatórios, passam a ter contato com ONGs feministas para se instrumentalizarem na defesa dos seus direitos. De qualquer forma, e basicamente por intermédio de ONGs que o feminismo tomou novas configurações e tem se manifestado no Brasil, principalmente na última década, tanto na ponta de lança da defesa dos interesses no campo da política como na articulação de redes nacionais e internacionais de mulheres.

A segunda parte desse estudo tem como foco as reportagens veiculadas no jornal O popular durante a década de 1990; o exercício proposto a seguir acena como uma tarefa plausível que permite trilhar os caminhos da redescoberta.

Figura 10



Fonte: Jornal O Popular – 06 de março de 1990

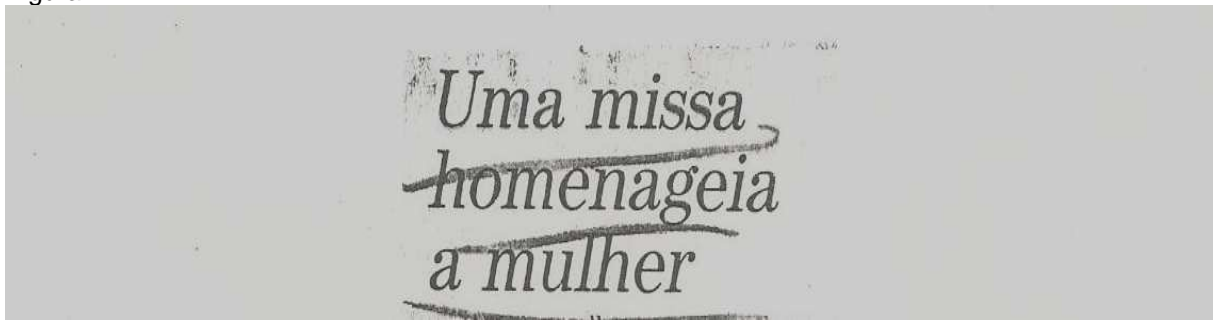
A matéria publicada no jornal O Popular, (ver Figura 10), traz um dado importante no primeiro parágrafo, a comemoração aos 80 anos de instituição do dia Internacional da Mulher, em 1990. O 08 de março homenageia as 137 mulheres operárias que foram queimadas vivas, dentro de uma fábrica em Nova Iorque, em meados do século XIX quando lutavam por seus direitos. A memória da tragédia de 1857 se junta às lutas do presente e ajuda a refletir sobre a condição das mulheres na sociedade na batalha pela afirmação dos seus direitos.

No ano de 1990 a condição da mulher na sociedade brasileira ganha um importante aliado: a Igreja Católica. Nesse ano é lançada a Campanha da Fraternidade<sup>16</sup>, com o tema: Mulher e Homem: imagem de Deus. Assunto abordado amplamente na reportagem da Figura 10.

No dia 06 de março de 1990 o jornal O popular começa a introduzir na pauta os assuntos referentes ao dia Internacional da mulher. A matéria expressa na Figura 10 enfatiza a questão dos debates que abordarão temas como saúde, trabalho e direitos da mulher. Esses eventos vêm se intensificando a cada ano como forma de reafirmar a luta defendida pelas feministas. Em 1990 a participação da comunidade nos debates é ampliada. Os grupos organizados de defesa da mulher debateram sobre o tema em cada região da cidade.

<sup>16</sup> A Campanha da Fraternidade é uma campanha realizada anualmente pela Igreja Católica Apostólica Romana no Brasil, sempre no período da Quaresma. Seu objetivo é despertar a solidariedade dos seus fiéis e da sociedade em relação a um problema concreto que envolve a sociedade brasileira, buscando caminhos de solução. A cada ano é escolhido um tema, que define a realidade concreta a ser transformada, e um lema, que explicita em que direção se busca a transformação. A campanha é coordenada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).  
Fonte: ( [WWW.wikipedia.org](http://WWW.wikipedia.org) )

Figura 11



Fonte: Jornal O Popular - 06 de março de 1990

Na mesma página o jornal expõe com detalhes a participação da Igreja Católica na luta pela emancipação da mulher. Uma missa marca o lançamento oficial da Campanha da Fraternidade na capital (Figura 11). A campanha da fraternidade configura mais um elemento na luta pela igualdade das mulheres.

Figura 12



Fonte: Jornal O Popular – 08 de março de 1990

Ainda no ano de 1990, no dia Internacional da Mulher, o jornal O popular traz uma reportagem especial que ocupa toda a página do segundo caderno da edição. A reportagem trata a questão da violência contra a mulher e as denúncias que são mais frequentes após a criação de uma delegacia especializada em tais problemas.

Nessa reportagem fica evidente o que Costa (2002) aponta. Em meio à constituição destes grupos feministas e realização de conquistas da parte de várias mulheres, estas apesar de terem conquistado seu espaço fora do ambiente

doméstico, continuam a ser vítimas de violência praticada por seus parceiros, o que se torna um flagelo significativo na vida de várias mulheres. Esta violência se instaura de muitas formas e consiste no âmbito universal, implicando em aspectos jurídicos, políticos, culturais, econômicos, policiais e psicológicos.

O texto aponta os mecanismos que surgiram para amparar a mulher em sua totalidade como, por exemplo, O Conselho Nacional de Defesa da Mulher. A criação de um conselho em âmbito nacional que prioriza e defende os interesses da mulher, na análise de Pinto (2003) assegurou um “conjunto importantíssimo de direitos às mulheres” fruto da sua luta pela autonomia.

O tema da violência doméstica inserida no contexto da reportagem revela a importância de denunciar um fenômeno constante e que se amplia na realidade vivida pelas mulheres. Na matéria, (ver Figura 12), pode-se identificar critérios como interesse, importância e atualidade que, na posição de Silva (1997, p.34) qualificam a notícia.

Figura 13



Fonte: Jornal O Popular – 08 de março de 1991

A matéria publicada no dia 08 de março de 1991 (Figura 13), aponta a desigualdade salarial como uma das maiores discriminações enfrentadas pela mulher nos anos 90 e um dos maiores desafios a ser superado pelo feminismo. Nesse ano, a reportagem afirma que a mulher goiana representa 40% da força de trabalho, embora seja um número considerável, a desigualdade salarial é bastante presente na sociedade, como também a desvalorização das funções ditas femininas,

o que, segundo a reportagem, representa uma das maiores discriminações enfrentadas pela mulher atualmente. Rocha (1998) concorda que, nos anos 1990, o grande desafio do feminismo foi conquistar o direito à diferença com igualdade de oportunidades.

O texto da reportagem expressa na Figura 13 ressalta a memória do movimento feminista, sinalizando o seu auge, que ocorreu nos anos 1960 quando as mulheres queimaram *soutiens* em praça pública. Paralelo a isso, os avanços conquistados pelos movimentos das mulheres, como autonomia, independência e poder são longamente analisados.

Figura 14



Fonte: Jornal O Popular - 08 de março de 1991

Nessa perspectiva, o contexto de celebração do dia 08 de março, o jornal ainda traz pequenas matérias distribuídas no final da página sobre as homenagens prestadas a mulher nessa data. O assunto em pauta, (Figura 14), acaba reforçando a análise de Rocha (2003) de que a reflexão do dia 08 de março tem levado muitas vezes a uma repetição da história, de argumentos que são descritos e recontados.

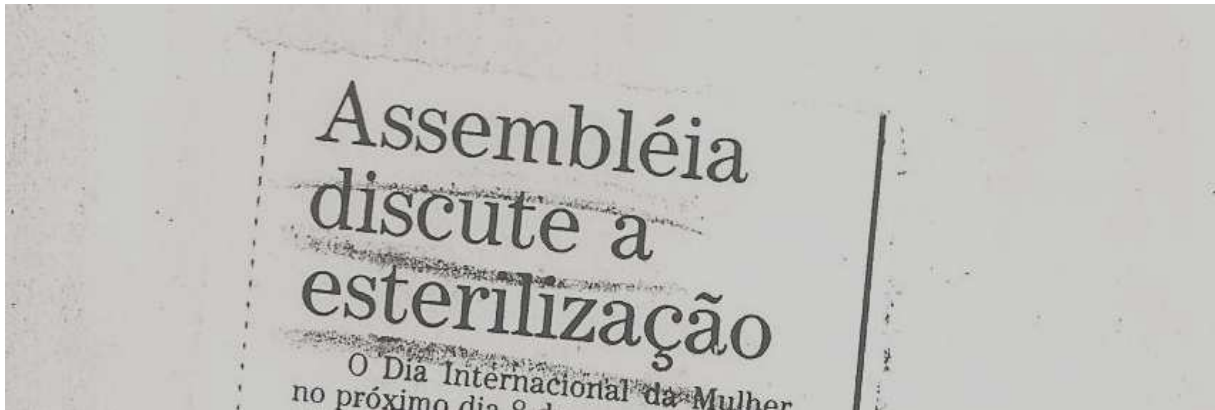
Figura 15



Jornal O Popular - 09 de março de 1991

Um dia após as comemorações ao dia Internacional da Mulher percebe-se que o debate da mulher é ampliado, dessa vez perpassando as esferas públicas (Figura 15).

Figura 16



Jornal O Popular - 05 de março de 1992

Outro aspecto referente à questão feminina é a esterilização que nessa década vem sendo largamente debatida no Brasil como método de planejamento familiar. O jornal chama a atenção para esse tema, (Figura16), quando noticia, em 1992, uma sessão especial na Assembléia Legislativa para discutir esse método a ser realizado em massa realizado pelas mulheres. Fato constatado pela queda da taxa de natalidade em relação às projeções anteriores.

Jardim (2003) ao propor uma reflexão sobre os direitos reprodutivos enfatiza que, para romper com a lógica da apropriação, as mulheres contemporâneas lutaram por sua autonomia, ou seja, por uma existência com significado próprio. Entre os anos 1970 e 1990 essa premissa ocorreu, principalmente nos campo da sexualidade e reprodução, uma vez que, na vida cotidiana, era complicado falar em prazer, partilha de responsabilidades entre os casais e o direito de escolha.

Desta forma, as mulheres conseguiram expandir e aprimorar a noção de seus direitos sexuais e reprodutivos. A reportagem, (Figura 16), ao discutir essa temática, remete a reflexão de que o marco inicial desses inovadores direitos foi a liberdade de decisão das mulheres com relação a sua fecundidade e sua vida sexual, proporcionando a elas o gerenciamento de sua reprodução.



Figura 17



Fonte: Jornal O Popular – 08 de março de 1992

Novamente no dia 08 de março de 1992 o jornal volta sua abordagem para a desigualdade salarial enfrentada pelas mulheres (Figura 17). A matéria ocupa toda a página e faz uma análise das conquistas e reafirma que, apesar dos avanços alcançados no mercado de trabalho, as mulheres ainda são mal remuneradas e discriminadas no seu local ambiente de trabalho, pois ocupam as mesmas funções que os homens e, no entanto, recebem menos que eles.

A charge que complementa a matéria da Figura 16 reflete as relações entre homens e mulheres. O que se pode perceber nesse contexto é que, no discurso dos anos 1990, as mulheres passam a defender o direito à diferença com igualdade de oportunidades.

Figura 18

ânia, 08/03/92

2

# Carinho doce e liberal das vovós

Diomício Gomes

os criados, trabalho  
rado. Para as vovós a  
mação tem destino cer-  
mas o trabalho é bem  
do. Elas renovam, atra-  
dos netos, as esperan-  
e os sonhos

**Margareth Gomes**

do Núcleo de Reportagens Especiais

om os filhos adultos, família  
já constituída, era de se espe-  
rar que elas aproveitassem o  
anso do lar, reprogramando  
vidas para um ritmo mais  
quilo. Que nada, as avós em  
de parte assumem novamente  
stura de mãe do primeiro fi-  
ao ter de voltar a conviver  
o preparo das mamadeiras,  
a de fraldas e choro de bebê.  
s pela segunda vez, essas avós  
escondem a corujice, princi-  
almente ao permitir aos netos to-



Itamar Sandoval

*Dona Maria Laudelina perdeu a conta dos netos, mais de 50, e se lembra com orgulho dos bisnetos: 21. "São saudáveis e cada um tem seu espaço"*

Fonte: Jornal O Popular – 08 de março de 1992

O jornal traz também, no mesmo dia (08/03/1992, Figura 18), uma outra face da condição feminina. Aqui se percebe que, no domínio simbólico, a mulher aparece ligada ao lar, divorciada da produtividade econômica na esfera pública. Tais conclusões na concepção de Álvares (1998, p.392) remetem à desvalorização da esfera privada patente no feminismo liberal, corrente essa que se articula com as exigências capitalistas de proteção da autonomia individual e da igualdade de oportunidades.

A reportagem aborda a questão da terceira idade. Segundo o texto essa questão exprime uma nova situação da mulher. O desligamento da esfera da produtividade econômica, não é sinônimo de decadência, pobreza e doença, mas um tempo privilegiado para atividades livres dos constrangimentos do mundo profissional e familiar, uma fase de lazer em que se elaboram novos valores coletivos. Com o prolongamento da esperança de vida, a cada um é dado o direito de vivenciar uma nova etapa e nessa fase da vida, boa parte das mulheres dedicam tempo para cuidar dos netos. De um modo geral as avós entrevistadas na matéria publicada assumem que são mais liberais com os netos porque aprenderam a lidar com os filhos. A reportagem enfatiza ainda que, nessa fase da vida, as experiências acumuladas ao longo de toda uma trajetória são agora repassadas aos mais jovens como forma de contribuir para melhorar a qualidade deles.

### **3.3 Terceira página: a condição da mulher na década de 2000**

Em relação à década de 2000, Costa (2005) argumenta que foi a partir de então que alguns setores do feminismo brasileiro começaram a tomar consciência da necessidade de uma atuação conjunta e articulada no sentido de garantir um compromisso por parte dos atores políticos com as demandas das mulheres. Essa proposta, afirma a autora (COSTA, 2005), toma corpo por ocasião do II fórum Social Mundial realizado em Porto Alegre em fins de janeiro de 2002 com a adesão de várias organizações e redes feministas. Entre março e maio daquele ano foram realizadas 26 Conferências Estaduais. Mais de 5.000 ativistas dos movimentos de mulheres de todo o país participaram dos debates com o objetivo de construir uma Plataforma Política Feminista. Em junho foi realizada em Brasília a Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras com a participação de 2000 mulheres delegadas das conferências estaduais e representantes das redes nacionais. A Conferência, realizada em junho de 2004, foi um marco na afirmação dos direitos das mulheres e mobilizou, por todo o Brasil, cerca de 120 mil mulheres que participaram, diretamente, dos debates e apresentaram as propostas para a elaboração do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

Costa (2005) sustenta ainda que foi esse entendimento que levou o movimento de mulheres brasileiras, e como parte dele o movimento feminista, a responder positivamente à convocatória governamental, através da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, para a realização da I Conferência Nacional de Políticas Públicas para Mulheres, em julho de 2004, com o objetivo de definir diretrizes para a fundamentação do Plano Nacional de Políticas para Mulheres.

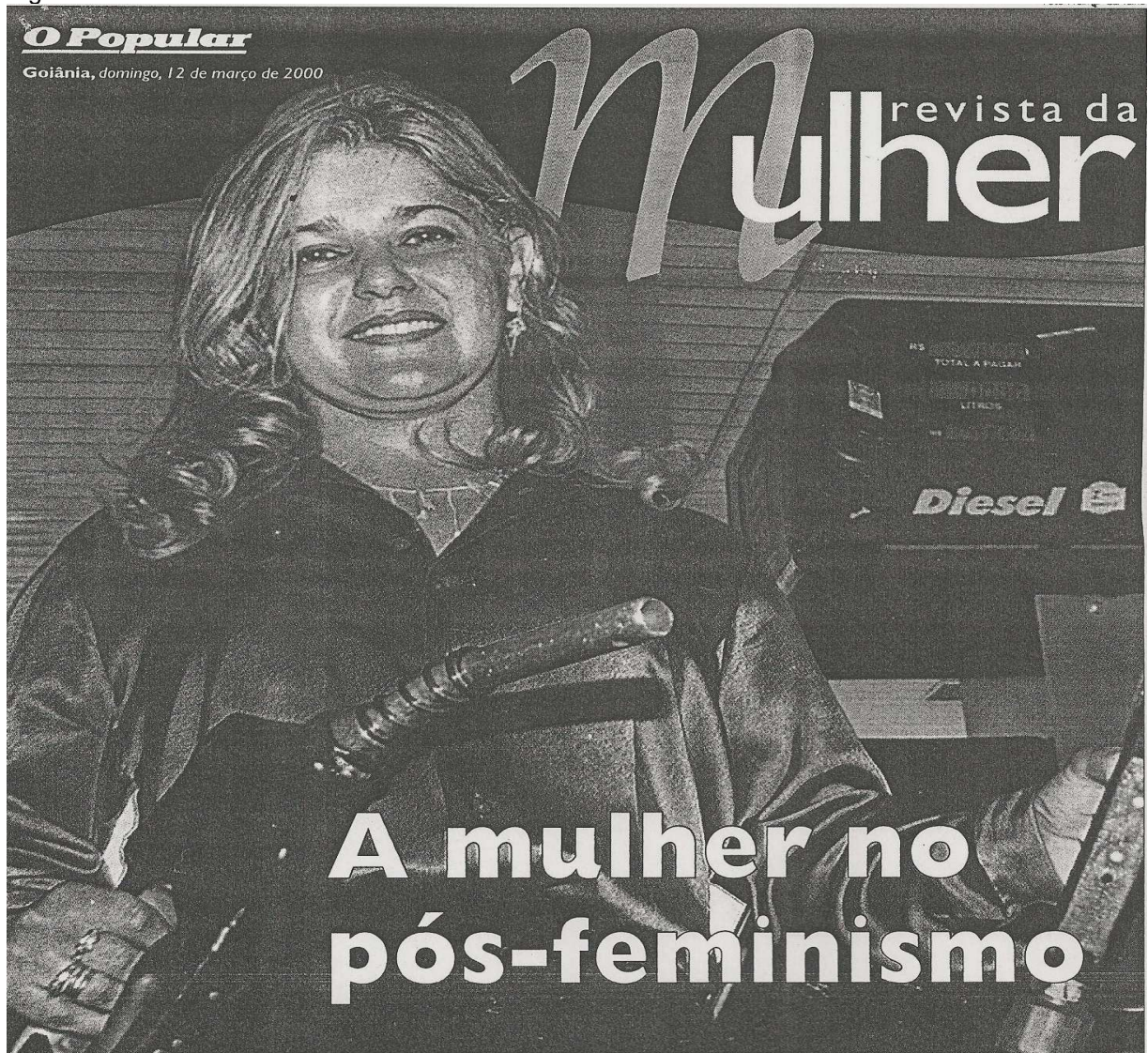
O Plano traduz, em ações, metas, objetivos e propostas de ações, o compromisso de enfrentar as desigualdades entre mulheres e homens em nosso país e reconhece o papel fundamental do Estado, através de ações e políticas públicas, no combate a estas e outras desigualdades sociais.

A realidade hoje pode ser refletida da seguinte forma: a mulher assumiu o poder em todos os âmbitos da sua vida com o compromisso, a carga e a exigência do que isso implica. Durante o século XX a mulher emancipou-se. Desde o início da história os homens dominaram a relação tendo em conta a sua força física.

A mulher do século XXI possui os mesmos direitos dos homens, responsabilidades iguais e direitos iguais. Essa mudança sócio-cultural, por sua vez lhe atribuiu novas responsabilidades que acarretaram no desenvolvimento e envolvimento de sua personalidade, em todos os domínios: do trabalho humano, na arte e na ciência, na tecnologia, na direção da casa, na tomada de decisões, na iniciativa sexual etc. Tudo isso sem perder suas funções naturais: maternas e de feminilidade. As mudanças provocaram igualmente transformações psicológicas, de submissa, obediente e dependente ela ficou livre, independente e autônoma. As mulheres tem buscado encontrar um equilíbrio sem perder a sua feminilidade, perante uma nova forma de viver com os custos de estar em sociedade, bem como no ambiente profissional.

Neste cenário, apresenta-se a seguir o material catalogado na década de 2000. O recorte dado às matérias nessa década pode ser considerado muito rico, no sentido de que dispõem de espaços mais privilegiados nas páginas do jornal O Popular. As temáticas que englobam às lutas das mulheres compõem narrativas mais elaboradas. Os jornais catalogados durante a década de 2000 dedicaram mais espaço às reportagens feministas que abordam assuntos diversos, como; a situação da mulher na sociedade contemporânea, seus sonhos, suas aspirações, e as suas lutas pela afirmação de seus direitos e conquistas.

Figura 19



Fonte: Jornal O Popular - 12 de março de 2001

Na década de 2000 o que se conclui é que: as mulheres vão se libertando do excesso de opressão, desencadeando seu processo de emancipação no qual a sociedade ganha uma dimensão mais humana, abrindo espaços para um complemento inovador. A mulher abrange perspectiva de democracia com uma visão estratégica de combate à exclusão social entre a igualdade de gêneros, ela deixa seu lugar no âmbito privado e conquista seu caminho rumo ao mercado de trabalho, criando novas relações de igualdade no ambiente familiar, onde passam a crescer seus direitos. Assume também, perante a sociedade, o desenvolvimento da ação voluntária em favor das classes sociais, papel este que com certeza, ganhará grande êxito nos próximos anos.

As mulheres tem o dever de aprofundar-se na ruptura com padrões de comportamento e atitudes marcadas pelo mercado de trabalho e pela sociedade que está, a cada dia que se passa, registrando uma reta para sua conquista, enfrentando desafios, pois ela sabe que não haverá desenvolvimento social e econômico com justiça se não houver igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, direitos e deveres para todos sem discriminação e desigualdades.

As mulheres estão cada vez mais numerosas nas escolas, no mercado de trabalho em posições de comando, mostrando sua responsabilidade. São femininas, delicadas, charmosas, tudo isso sem serem submissas.

As mulheres vêm mostrando seus valores, sua capacidade de trabalho em equipe, que se antepõe ao individualismo trazendo a cooperação no lugar da competição. Hoje há poucos grupos masculinos onde as mulheres ainda não tenha conquistado um lugar. O mais interessante é que, nesse processo de conquista, elas não deixam de cultivar seu lado sedutor, materno, de dona-de-casa e de esposa.

Diante disso o que se nota é uma crescente evolução dessa temática no jornal O Popular. Nessa década a abordagem gira em torno das aspirações feministas, se antes o veículo destinava matérias pequenas para cobrir o 08 de março, em 12 de março de 2000 o jornal elabora uma “revista” de 19 páginas abordando diversos assuntos sobre essa temática como: aspirações, conquistas, trabalho, beleza, insatisfação, maternidade, discriminação, sucesso profissional (Figura 19). Esses temas são amplamente discutidos. Cada assunto é teorizado em uma página inteira da revista.

Para celebrar o dia Internacional da Mulher O jornal qualifica a mulher como pós feminista e propõe um desafio: mostrar aos leitores como essa mulher remanescente da geração feminista, que abriu espaço para as conquistas políticas e sociais, nessa década.

A memória do passado, as histórias e as lutas femininas continuam fortemente presentes na pauta do jornal O popular na década de 2000. Somando-se a isso encontra-se também algumas inquietações sobre as relações de trabalho e familiares, a opressão feminina e a desigualdade entre sexos. As matérias evidenciam a conclusão de que, além de lutar pela força transformadora na sociedade, o feminismo, também, nasceu para compreender o porquê das diferenças entre os gêneros e para buscar a construção de uma imagem digna para as mulheres.

Figura 20



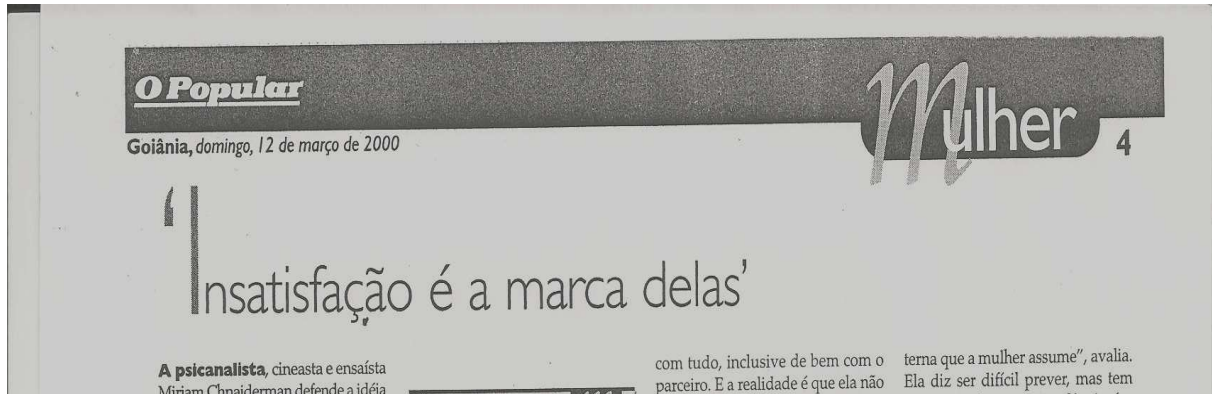
Fonte: Jornal O Popular – 12 março 2000

Nessa década a produção é extremamente rica em discursos que se traduzem em mensagens escritas. As palavras revelam o desejo de preservar a vida, de ousar, gerar e transformar as relações, respeitando as diferenças. A pesquisa sobre o 08 de março na imprensa goiana nessa década, afirmam que as notícias não se restringem a questões específicas, nessa década se dá muita importância ao político no sentido de reivindicar e garantir os direitos conquistados.

A reportagem enfatiza que as mulheres dos anos 2000 comemoram a liberdade adquirida chamando este período de pós-feminismo. Embora os avanços conquistados, as mulheres continuam lutando pela igualdade de salários, por maior respeito a sua dignidade e também pela busca de realização profissional através das suas capacidades/competências.

Segundo o texto há aspectos comuns que unificam as mulheres: ter acesso ao trabalho e aos direitos civis. Para entender melhor essas aspirações o jornal do dia 12 de março de 2000 (Figura 20) entrevistou psicanalistas, historiadoras, médicas, cineastas. O resultado das entrevistas pode ser visto nas reportagens a seguir.

Figura 21



Fonte: Jornal O Popular- 12 de março de 2001

Insatisfação é o tema da segunda reportagem publicada no dia 12 de março de 2001 (Figura 21). O texto traz a entrevista com uma psicanalista que revela que a insatisfação é o que mais incomoda as mulheres nessa década. As mulheres tentam resolver esse problema com tratamentos mas, mesmo conseguindo se tratar, elas continuam insatisfeitas e deslocam seu sentimento para outras instâncias. A razão disso, segundo a reportagem, é o padrão que a sociedade oferece para as mulheres, ou seja, retratam essas mulheres como um ser que trabalha, que é independente e que está sempre satisfeita com sua vida. De encontro a essa concepção vem o resultado do que se constata nos consultórios de psicologia. A reportagem sinaliza o crescimento dos casos de depressão entre as mulheres. Entre as principais queixas estão a maternidade, a vida amorosa e a perda de referências na terceira idade.

Figura 22



Fonte: Jornal O Popular – 12 de março de 2000



As reportagens do dia 12 de março de 2000 (Figura 22) traz um dado relevante para o debate; os diferentes papéis desempenhados pelas mulheres na sociedade. Segundo a reportagem a luta das mulheres pela sua emancipação rendeu a elas uma sobrecarga muito grande. Ao lado de conquistas e direitos elas acumulam compromissos e responsabilidades. Atrelado a isso as pressões sociais exigem que elas desempenhem o melhor possível suas funções.

Temas variados dão o tom da reflexão na “revista” especial dedicada a questão feminina no dia 12 de março de 2000 (Figura 22). Assuntos como igualdade, profissão, valorização do trabalho doméstico, vida pública, família, discriminação e sexualidade aparecem de forma privilegiada. A entrada e a ocupação de espaços no mercado de trabalho pelas mulheres foi outro tema que sobressaiu (Figura 22).

Figura 23



Fonte: Jornal O Popular – 08 de março de 2001

No ano seguinte, 08 de março de 2001, a reportagem dá voz ao pensamento masculino, os discursos se cruzam, se reforçam e se compensam numa junção de pensamentos que forma uma rede de opiniões sobre a condição da mulher e o papel que ela representa socialmente (Figura 23).

Lavar, passar, cozinhar, cuidar do marido, dos filhos e da casa, atividades a ser desempenhadas pelas rainhas do lar, posição em que as mulheres foram, por bastante tempo, categorizadas socialmente no âmbito doméstico e submisso.

De acordo com a reportagem da Figura 23, a mulher desta visão masculina assemelha-se aos modelos femininos presentes na família patriarcal, que é parte da história da colonização brasileira. Por muito tempo as mulheres brasileiras representaram papéis subjugados até, praticamente, meados do século XIX e início do século XX. Mas os direitos assegurados, proporcionaram a elas a conquista de espaços antes ocupados por homens. Segundo o texto da reportagem mostrado na Figura 23, a mulher do passado, destinada somente a desempenhar papéis domésticos, não mais existe e isso tem gerado inquietações no pensamento masculino. A enquete publicada no jornal revela que diante de tantas conquistas ostentadas por elas, os homens ainda continuam preferindo a mulher “à moda antiga”. Esse sentimento é normal e inerente ao gênero porque se trata de uma questão cultural fortemente estimulada pela mídia e arraigada, cultural e ideologicamente.

Portanto, o retrato da mulher no jornal O popular na década de 2000 é marcado por uma diversificação dos questionamentos. Pode-se notar que os assuntos em pauta no 08 de março na imprensa busca afirmar a história, o pensamento, os desejos e as aspirações da mulher na sua totalidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante todo esse processo de construção desse objeto, o movimento feminista sob a ótica do jornal O popular, na perspectiva da redescrição, uma pergunta inquietou minha consciência: *De que forma a redescrição pode nos ajudar a construir uma visão melhor de nós e dos outros?* A escolha do ser mulher para análise não foi por acaso e aqui faço um nexos com a canção *Paraíso das Hienas* de Acioli Neto para tentar entender como a mulher se insere no contexto de minha análise redescritiva. A canção de Acioli Neto é uma crítica aos padrões desiguais estabelecidos pela nossa sociedade. E o ser mulher acaba se tornando ator principal dessa disparidade.

Recorto aqui trechos da música que segue tentando traduzir em arte os sentimentos à volta: “Oh meu Deus abençoei as hienas principalmente as “da Silva”, campeãs de carnavais.”

O termo “da Silva”, nesse contexto, representa os vitimizados pela desigualdade social. E eu, com esse olhar de observadora contumaz, tive o despropósito (ou seria propósito?) de analisar essa desigualdade sob o prisma do movimento das mulheres. O assunto abordado na canção traduz parte dos objetivos desse estudo, que soma ao desejo de registrar, por meio da redescrição, a memória do 08 de março no jornal O popular. A pretensão tornou acessível uma história recente e pouco conhecida que deve ser registrada, para que possa ser contada e repassada, como um desafio na construção da memória, onde mulheres são protagonistas que não concordaram com a opressão e a submissão e repudiaram uma sociedade patriarcal que a exclui e procura deixá-la no silêncio, aquela cuja existência é pura teimosia e resistência.

O que se percebe é que nesse jogo duro da vida as mulheres, campeãs de carnavais ou não, aprenderam a idealizar uma vida “mais azul”, aprenderam na luta cotidiana, a não desistir de seus ideais.

Permitir que os sonhos fossem confiscados ou envelhecidos seria a maior demonstração de insensatez, porque para elas todo dia é dia de construir, refazer. Mulher não desiste, mulher não cansa, mulher procura... Mulher luta.

Esse cenário em que vivem, cheio de retratos em tons de cinza, serve para compor a paisagem que enfeita sua existência. Mas não é só de devaneios que elas

vivem, aliás, “novena não paga ao homem da venda” e elas sabem dar por isso muito bem, tanto que estão sempre prontas para vencer ou fugir das armadilhas do “beco escuro”.

Historicamente o movimento feminista tem sido responsável por diversas conquistas na vida das mulheres. No entanto, embora muito tenha sido realizado, elas ainda vivem numa sociedade que lhes dá respostas ineficazes, ou seja, a supremacia dos homens ainda prevalece e faz com que as políticas públicas não alcancem aos verdadeiros anseios da população feminina.

A história de lutas e conquistas de tantas mulheres, muitas delas mártires de seu ideal, no decorrer de quase dois séculos, leva a humanidade a iniciar um novo milênio diante da constatação de que ela buscou e conquistou seu lugar. Mais que isso, assegurou seu direito à cidadania, legitimando seu papel enquanto agente transformador.

Esse estudo evidenciou que o dia 08 de março vai além de uma data comemorativa do Dia Internacional da Mulher. As reportagens mostra que essa data representa um marco que a cada ano resiste na construção de um mundo de igualdade de papéis sociais e sexuais para homens e mulheres. Muito já avançamos na desconstrução dessas raízes culturais e ainda há um caminho a se percorrer. Mulheres de todas as classes, idades, nacionalidades querem, a cada período histórico, começar uma nova fase com o fim do patriarcado e com a igualdade nas diferenças. A produção de conhecimentos deve contribuir com esta intenção.

Nesse sentido, ao propor esse estudo, o anseio é contribuir com a história de mulheres que tentaram romper com as amarras da opressão, mulheres que foram às ruas, ergueram suas vozes, exigiram direitos, protestaram. Nas universidades produziram e abriram espaços. Foram muito mais do que donas de casa, estudantes, profissionais e mães, construíram suas identidades, viveram e participaram, se uniram e foram plenas.

Após a reflexão sobre os elementos constitutivos deste trabalho, pode se afirmar que o tema ainda dispõe de muita bagagem a ser pesquisada. O recorte oferecido é apenas um elemento a mais que constitui o contexto da redescritção do movimento feminista na imprensa.

Pela realização da leitura feita das matérias foi possível constatar que o movimento feminista figura na pauta da imprensa de forma a constituir uma representação que venha reforçar uma ideologia, ou seja, é como se o jornal

assumisse um papel secundário na ampliação da visibilidade das lutas e aspirações do movimento feminista em Goiânia.

Essa posição é visível quando há uma repetição das aspirações, lutas e conquistas do movimento das mulheres no decorrer dos anos. Isso, no entendimento de Rocha (2003) acontece porque o 08 de março se incorpora a cada ano que passa à vida, ao trabalho, às universidades, à sociedade possibilitando a configuração de uma outra abordagem, uma outra leitura, ou seja, uma releitura sobre essa comemoração. É uma referência do passado que se resgata como celebração do presente.

E esse resgate, esse recorte de informações proporcionado pelo jornal levamos a concordar com Piza (2004, p.25) quando ele afirma que a função jornalística é: selecionar aquilo que reporta (editar, hierarquizar, comentar e analisar), influir sobre os critérios de escolha dos leitores, fornecer elementos e argumentos para a sua opinião, a imprensa. O jornalismo tem o dever do senso crítico e da avaliação.

Com base nisso entendemos que um assunto com diferentes angulações (como é o caso das redescrições do dia 08 de março no jornal O Popular) pode se diferenciar um do outro por meio da abordagem, do trato, ou mesmo das representações manifestadas. Isso é um exercício contínuo da comunicação que busca satisfazer um leitor que a cada dia se firma como um ser exigente e que está sempre à busca de produções novas e criativas.

Essa conquista pelas “mentes e corações dos leitores” (ROSSI, 2000, p. 7) se dá por meio de boas matérias, bons produtos jornalísticos. O diferencial de cada produção informativa está no preparo, na informação bem elaborada e investigada.

Ao estudar, portanto, a imagem da mulher nas páginas do jornal O popular esta pesquisa acrescenta um elemento novo para ao debate. Seria desfragmentar a notícia, reportá-la de forma mais literária, menos técnica, menos formal, menos comum. Contar a notícia, onde, como e quando tudo aconteceu é regra em todo manual de jornalismo, o que faz a diferença são os detalhes e esses detalhes certamente nos levará a olhar o que quase ninguém vê. Um olhar diferenciado que se cruza com os objetivos da redescrição, entendida como uma corrente filosófica que privilegia a conversação. A desfragmentação da notícia proporciona, no entendimento de Chauí (2006) um contexto informativo mais rico. Ela considera que atualmente a desinformação continua sendo o resultado da maioria dos noticiários

veiculados na mídia. As notícias acabam sendo um recorte fragmentado da realidade.

Bahia (1971) ao escrever sobre o jornalismo o classificou como, arte, técnica e ciência. E a arte está contida na idéia de dar à notícia uma linguagem mais elegante, uma nova roupagem, sem fugir do seu contexto.

Assim uso os argumentos de Rocha (2003) para qualificar o meu raciocínio quando tento responder à pergunta do início dessa conclusão. É na redescritção que encontramos elementos que justificam a necessidade de pensar e repensar a nós mesmos com base em nossa prática. Prática que se revela em um processo educativo que mostra o que ganhamos até os dias de hoje como resultado dos embates e lutas travadas no conjunto da sociedade. E nesse sentido como essas conquistas têm contribuído para mudar a realidade de homens e mulheres na cidade de Goiânia.

Não seria exagero desejar que a liberdade fosse desenhada e construída com portas de nossa esperança para um mundo cada vez melhor em que equilíbrio seja a tônica entre homens e mulheres tornando a vida uma conquista contínua.

Por fim o sentimento de que tentamos registrar um momento histórico e específico da luta das mulheres em Goiânia, retratados pela imprensa.

Assim, essa pesquisa reforça a importância e o crescimento do movimento feminista para a emancipação da mulher no que diz respeito a sua luta por um espaço profundamente marcado pelo político e por defender a especificidade da condição de mulher dominada em uma sociedade em que a condição de dominado é comum a grandes parcelas da população.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDI, Agência de Notícias dos Direitos da infância. In: CANELLA, Guilherme (org). *Políticas públicas sociais e os desafios para o jornalismo*. São Paulo: Cortez, 2008.

ANGRIMANI, Danilo. *Espreme e sai sangue: Um estudo do sensacionalismo na imprensa*. São Paulo: Summus, 1995.

ARCE, Tacyana. Informação, jornalismo e direitos da infância: modelando formas de conhecer e pensar. In: CANELLA, Guilherme (org). *Políticas públicas sociais e os desafios para o jornalismo*. São Paulo: Cortez, 2008.

BAHIA, Juarez. *Jornalismo, informação, comunicação*. São Paulo: Martins, 1971.

BRASIL, Constituição da República Federativa 1988. Brasília: Senado Federal.

BLÁZQUEZ, Niceto. *Ética e meios de comunicação*. São Paulo: Paulinas, 1999.

BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos dourados. In: PRIORE, Mary Del (org.) *História das mulheres no Brasil*. 2º Ed. São Paulo: Contexto, 1997

BUCCI, Eugênio. A imprensa e o dever da liberdade: a responsabilidade social do jornalismo em nossos dias. In: CANELLA, Guilherme (org). *Políticas públicas sociais e os desafios para o jornalismo*. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_ *Sobre ética e imprensa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

**BORGES, Rosana Maria Ribeiro; LIMA, Angelita Pereira de. *História da imprensa goiana: dos velhos tempos da colônia à modernidade mercadológica*. Revista UFG 2008, ano X, nº 5.**

CANELLA, Guilherme (org). *Políticas públicas sociais e os desafios para o jornalismo*. São Paulo: Cortez, 2008.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.

CARRANCA, Adriana. Dar voz à diversidade. In: CANELLA, Guilherme (org). *Políticas públicas sociais e os desafios para o jornalismo*. São Paulo: Cortez, 2008.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. 1 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

GOHN, Maria da Glória. *Mídia Terceiro setor e MST – Impacto sobre o futuro das cidades e do campo*. Petrópolis RJ: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_ *Teorias dos Movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 2002.

GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da Pirâmide – Para uma teoria marxista do jornalismo*. In: Revista da Fenaj. Brasília, Fenaj. Ano I, n. 1. maio. 1996.

GUARESCHI, Pedrinho A. (org). *Os construtores da informação, ideologia e ética*. Petrópolis: Vozes 2000.

KARAM, Francisco José Castilhos. *Jornalismo, ética e liberdade*. São Paulo: Summus, 1997.

LAGE, Nilson. *Estrutura da notícia*. São Paulo: Editora Ática, 1999.

LOPES, Marcos Carvalho. Richard Roty e a tarefa de traduzir nosso tempo em linguagem. In: ARAÚJO, Inês Lacerda, CASTRO, Suzana de (orgs). *Richard Rorty: filósofo da cultura*. Curitiba: Champagnat, 2008.

LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1999.

MOTTA, Luiz Gonzaga (Org.) *Imprensa e Poder*. Editora Universidade de Brasília  
São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.



MOTTA, Luiz Gonzaga. A imprensa e o dever da liberdade: a responsabilidade social do jornalismo em nossos dias. In: CANELLA, Guilherme (org). *Políticas públicas sociais e os desafios para o jornalismo*. São Paulo: Cortez, 2008.

MEDINA, Cremilda. *Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial*. 2 ed. São Paulo: Summus, 1988.

MARTINS, Gerson Luiz. O ensino de Jornalismo e a agenda social. In: CANELLA, Guilherme (org). *Políticas públicas sociais e os desafios para o jornalismo*. Cortez. São Paulo, 2008.

MOREIRA, Antonia Silva Paredes (Org.). *Estudos interdisciplinares de representações sociais*. João Pessoa: Ed. Universitária/Autor Associado, 1998.

MOSCOVICI, S. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

NOBLAT, Ricardo. *A arte de fazer um jornal diário*. 3ª edição. Editora Contexto, 2003.

PEREIRA, Potyara A. P. *Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais*. 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 2000.

PESSOA, Jadir de Moraes (Org); Angela Cristina Belém Mascarenhas... [et al]. *Saberes do nós: ensaio de educação e movimentos sociais*. Goiânia: Ed. da UCG, 2004

PINTO, Celi Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. Ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

**PIZA, Daniel. *Jornalismo Cultural*. São Paulo: Contexto, 2004.**

ROCHA, Maria José Pereira. *Gênero e religião sob a ótica da redescritção*. VI Jornada de pesquisa em Filosofia. Goiânia: UCG, 2008.

**RORTY, Richard. *Pragmatismo e política*. Tradução Paulo Ghiraldelli Jr. São Paulo: Martins, 2005.**

**ROSSI, Clóvis. *O que é Jornalismo*. São Paulo: Brasiliense, 2000.**

SANTOS, Regina Bega dos. *Movimentos sociais urbanos*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

SILVA, Marconi Oliveira. *O mundo dos fatos e a estrutura da linguagem: a notícia jornalística na perspectiva de Wittgenstein*. Porto Alegre: Edipurs, 1997.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOARES, Carminha. *A inclusão Social e a Mídia*. São Paulo: Cortez, 2009.

SALOMON, Marta. Além da manada. In: CANELLA, Guilherme (org). *Políticas públicas sociais e os desafios para o jornalismo*. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, Marconi Oliveira da. *O mundo dos Fatos e a estrutura da Linguagem: a notícia jornalística na perspectiva de Wittgenstein*. Porto Alegre: Edipucrs, 1997.

TRAQUINA, Nelson. *O estudo do jornalismo no século XX*. São Leopoldo (RS): Editora Unisinos, 2003.

\_\_\_\_\_ *O Poder do Jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento*. Coimbra: Minerva, 2000.

TOURAINE, Alain. *Os novos conflitos sociais – Para evitar mal entendidos*. In: Revista de Cultura e Política Lua Nova. 17 (05-18) jun/1989. São Paulo: Marco Zero, 1989.

VIÉGAS, Rosemari Fagá. Pragmatismo da (na) comunicação. In: VIDAL, Vera e CASTRO, Suzana de. *A questão da verdade: da metafísica moderna ao pragmatismo*. Rio de Janeiro: Letras, 2006.

WOLF, Mauro. *Teorias das comunicações de massa*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

WAGNER, W. Socio-gênese e características das representações sociais. In: SOARES, Carminha. *A inclusão Social e a Mídia*. São Paulo: Cortez, 2009.

WOLTON, D. *Pensar a comunicação*. Trad. Zélia Leal Adghirni. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.

WOLF, Mauro. *Teorias das Comunicações de massa*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

XAVIER, Ismael. *O cinema do século*. 2 ed. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

ZAHAR, Jorge Ed. *Jornal Nacional a notícia faz história*. Rio de Janeiro: Memória Globo, 2004.

### **Artigos e projetos consultados**

ÁLVARES Cláudia. *Feminismo e Representação Discursiva do Feminino: A Presença do Outro na Teoria e na Prática*. 1998. Disponível em: <http://www.bocc.uff.br/paq/alvares-claudia-feminismo-representacao-discursivafeminino.pdf> acesso 12 de outubro de 2010.

ABREU, Mayra Regina Saraiva de. *Cidadania, Movimento Feminista e Feminismo Pragmático em Goiás*. Dissertação de Mestrado- Departamento de Sociologia Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

BARCELLOS, Janice Primo. *O feminino nas histórias em quadrinhos. Parte 1: a mulher pelos olhos dos homens*. UFSC, 1998. Disponível em: <http://p.download.uol.com.br/adaonline/hqaline.doc>.

BEM, Arim Soares do. *A centralidade dos movimentos sociais na articulação entre o estado e a sociedade brasileira nos séculos XIX e XX*. Revista Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 97, p. 1137-1157, set./dez. 2006. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>

CHAUÍ, Marielna. *Mídia e poder*. 32º Congresso Nacional dos Jornalistas, em Ouro Preto (MG). 2006. Disponível em: [http://amidiapelamidia.blogspot.com/2007/09/mdia-e-poder-por-marilena-chau\\_10.html](http://amidiapelamidia.blogspot.com/2007/09/mdia-e-poder-por-marilena-chau_10.html) acesso em abril de 2009.

CÓDIGO DE ÉTICA DOS JORNALISTAS BRASILEIROS. Disponível em: [http://www.fenaj.org.br/federacao/cometica/codigo\\_de\\_etica\\_dos\\_jornalistas\\_brasileiros.pdf](http://www.fenaj.org.br/federacao/cometica/codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf).

COSTA, Ana Alice Alcântara. *O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política*. UFBA. 2005. Disponível em: <http://vsites.unb.br/ih/his/gefem/labrys7/liberdade/anaalice.htm>. Acesso em: Maio 2010.

COSTA, Ruzel. *08 de Março dia Internacional da Mulher*. Disponível em: <http://www.tudorondonia.com.br/ler.php?id=14814>. Acesso em: Agosto 2010

COSTA, Livia Batista da. *Violência, Gênero e Feminismo em Goiânia nas Décadas de 1980 a 2000 perante a Mídia e Grupos Feministas*. Disponível em: <http://www.rizoma.ufsc.br/pdfs/156-of8c-st1.pdf>. Acesso 12 de outubro de 2010.

DOWNING, John D.H. *Mídia Radical, Rebeldia nas comunicações e movimentos sociais*. Dissertação de Mestrado, 2006. Senac, São Paulo, 2002.

DI FIORI, Gecira. *O que muda e o que permanece no movimento feminista*. Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia. Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais. UFSC, Florianópolis. 2007

JARDIM, Renata Teixeira. *Esterilização feminina na ótica dos direitos reprodutivos, da ética e do controle de natalidade*. Revista Jus Navigandi. 2003. Disponível em: <http://jus.uol.com.br/revista/texto/7212/esterilizacao-feminina-na-otica-dos-direitos-reprodutivos-da-etica-e-do-controle-de-natalidade>.

LIMA, Angelita Pereira de. *A notícia de violência contra a mulher e a violência da notícia*. Dissertação de mestrado UFG, Goiânia, 2001.

NARVAZ, Martha, G. *Submissão e resistência: Explodindo o discurso patriarcal da dominação feminina*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2005. Disponível em: [http://www.msmedia.com/ceprua/diss\\_marta.pdf](http://www.msmedia.com/ceprua/diss_marta.pdf)

OLIVEIRA, Rejane de. *Quando ele vira notícia: Dom Diego Maradona e a construção da identidade argentina no Jornal Zero Hora*. PUC, Rio 2006. Disponível em: [http://publique.rdc.puc-rio.br/revistaalceu/media/alceu\\_n12\\_Oliveira.pdf](http://publique.rdc.puc-rio.br/revistaalceu/media/alceu_n12_Oliveira.pdf). acesso em: abril de 2009.

ORTÊNCIO, Bariani. *Jornal O Popular*. 13 de abril de 1986.

ROCHA, Maria José Pereira. BICALHO, Elizabete. *Relatório final da pesquisa: 08 de março – resgate de uma história em Goiânia (1980 a 1997)*. Goiânia: UCG, 1998.

ROCHA, Maria José Pereira. *Três Lentes para o feminismo*. Tese de doutorado. UNESP, Marília 2002.

\_\_\_\_\_. *08 de março: Tragédia, rito e Memória*. Jornal Momento. Goiânia, 2003. Ano XIII nº 100.

VALCACÉL, Amélia. *O que é o feminismo e que desafios apresenta*. Disponível em: <http://www.diba.es/urba12/cdseminari/ponencias/ameliavalcarcelportu.pdf>. Acesso em: Abril 2010.

WOITOWICZ, Karina Janz. *Traços do feminismo na imprensa alternativa- As lutas das mulheres nos jornais Opinião, Movimento e Repórter no Brasil dos anos 1970*. Disponível: [http://www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/K/Karina\\_Janz\\_Woitowicz4pdf](http://www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/K/Karina_Janz_Woitowicz4pdf).

Fonte documental: Jornal O popular.